



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO
Poder Executivo
Estado de Minas Gerais



CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

I– Na área de gestão:

- a) Assegurar a organização, administração e gerenciamento das unidades objeto do presente **CONTRATO DE PROGRAMA**, por meio do desenvolvimento de técnicas modernas e adequadas que permitam o desenvolvimento da estrutura funcional, manutenção física e de seus equipamentos, além do provimento dos insumos e medicamentos necessários à garantia do seu pleno funcionamento;
- b) Manter a unidade do Centro de Atenção Multiprofissionais, bem como todos os seus serviços, conforme definido no objeto do **CONTRATO DE PROGRAMA**, atendendo às obrigações constantes das especificações técnicas previstas nos Anexos que integram este e daquelas estabelecidas na legislação referente ao Sistema Único de Saúde – SUS, bem como, nos demais diplomas federal e municipal que regem a presente contratação;
- c) Cumprir as condições estabelecidas neste contrato e seus anexos durante todo o prazo de vigência do **CONTRATO DE PROGRAMA**;
- d) Contratar pessoal nos casos de demanda comprovada, após o aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, mediante processo seletivo simplificado, com critérios objetivos, sendo a ampliação de pessoal objeto de reajuste de valor contratual;
- e) Executar o objeto do contrato conforme especificado, responsabilizando-se exclusiva e integralmente pelo pessoal contratado utilizado, incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, e, inclusive de acidente de trabalho relativo à mão de obra utilizada, sem nenhuma transferência de responsabilidade para a **CONTRATANTE**;
- f) Assumir os riscos inerentes a atividade, bem como todos e quaisquer ônus relativos a impostos, taxas, obrigações trabalhistas e aqueles pertinentes a Seguridade Social;
- g) Manter a capacitação permanente dos profissionais que prestam os serviços relacionados ao presente **CONTRATO DE PROGRAMA**;
- h) Implantar serviço de logística de suprimentos, a fim de garantir adequado fornecimento de materiais, equipamentos e medicamentos à unidade de saúde que compõem o presente **CONTRATO DE PROGRAMA**;
- i) Elaborar proposta de regimento interno, protocolo de funcionamento, ou instrumento do gênero, da unidade do Centro de Atenção Multiprofissional, implementando-os;
- j) Gerar e fornecer para os órgãos fiscalizadores e reguladores relatórios estatísticos e gerenciais de acordo com o interesse do gestor municipal;
- k) Assumir solução rápida e efetiva de problemas gerados na realização dos procedimentos ou atrasos junto ao paciente, servidores e Secretaria Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo-MG;
- l) Implementar o organograma previsto para a unidade no prazo de 60 (sessenta) dias do início do Contrato, sendo que, qualquer alteração do mesmo deverá ser submetida e aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde.

II – Na área de Assistencial:

- a) Atender exclusivamente aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS nas unidades objeto do contrato e garantir:

- A universalidade de acesso aos serviços de saúde prestados;
- A integralidade da assistência dentro da sua capacidade instalada;

MINISTER OF EDUCATION
DEPARTMENT OF BASIC EDUCATION
REPUBLIC OF SOUTH AFRICA

Page 1 of 1

The Department of Basic Education is pleased to announce that the following schools have been selected to participate in the 2014/2015 school year. The schools are: [List of schools]

The schools are selected based on the following criteria: [List of criteria]

The schools are selected based on the following criteria: [List of criteria]

The schools are selected based on the following criteria: [List of criteria]

The schools are selected based on the following criteria: [List of criteria]

The schools are selected based on the following criteria: [List of criteria]

The schools are selected based on the following criteria: [List of criteria]

The schools are selected based on the following criteria: [List of criteria]

The schools are selected based on the following criteria: [List of criteria]

The schools are selected based on the following criteria: [List of criteria]

The schools are selected based on the following criteria: [List of criteria]

The schools are selected based on the following criteria: [List of criteria]

Page 1 of 1

The schools are selected based on the following criteria: [List of criteria]

The schools are selected based on the following criteria: [List of criteria]



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO
Poder Executivo
Estado de Minas Gerais



- A implementação da Política Nacional de Humanização no atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, contemplando o Acolhimento com Classificação de Risco;
- A resolubilidade e a qualidade do serviço ofertado aos usuários do SUS;
- Condições para manutenção e obtenção de novas habilitações para a unidade objeto deste contrato perante o Ministério da Saúde (MS);

- b) Atuar de forma a atingir elevados índices de satisfação, conforme indicadores de qualidade dos serviços;
- c) Implementar protocolos assistenciais, que visem melhorar a qualidade da assistência prestada ao paciente.

III – Na execução do serviço:

- a) Responsabilizar-se pelo gerenciamento dos resíduos de saúde oriundos do Centro de Atenção Multiprofissionais, nos termos da legislação vigente;
- b) Responsabilizar-se pelo custeio da Unidade no que se refere a materiais de limpeza da piscina, manutenção predial, dedetização da unidade, e demais despesas inerentes a operacionalização e funcionalidade dos serviços previstas neste contrato;
- c) Responsabilizar-se por todas as ações e medidas necessárias a emissão e manutenção dos alvarás de funcionamento e sanitário junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços objeto do presente **CONTRATO DE PROGRAMA**, exceto de adequação física e estrutural da unidade;
- d) Manter atualizado o prontuário dos pacientes, assim como registro e arquivo dos procedimentos realizados, conforme determinação dos Conselhos Regionais ou Órgãos que fiscalizam o exercício profissional (data, avaliação ou impressão de procedimentos realizados, diagnóstico, conduta, carimbo e assinatura do profissional responsável);
- e) Manter registro atualizado de todos os atendimentos efetuados na Unidade disponibilizando, a qualquer momento, à **CONTRATANTE** e às auditorias do SUS, as fichas e prontuários dos usuários, em meio físico ou eletrônico certificado, assim como os demais documentos que comprovem a confiabilidade e segurança dos serviços prestados;
- f) Observar todos os direitos dos usuários, inerentes aos serviços de saúde, como:
- Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
 - Justificar ao paciente ou responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer procedimento, encaminhando cópia da correspondência à Secretaria Municipal de Saúde;
 - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário mantendo sempre a qualidade na prestação de serviço;
 - Garantir o fornecimento do serviço a qualquer pessoa, sem discriminar ou estabelecer diferenças de tratamento entre usuários, nos termos previstos na legislação aplicável e no **CONTRATO DE PROGRAMA**;
 - Formalizar a justificativa das razões técnicas da não realização de qualquer ato profissional quando requerido pelo paciente ou por seu responsável;
 - Esclarecer aos usuários sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;
 - Respeitar a decisão do usuário ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, desde que firmado termo de responsabilidade, salvo nos casos de iminente perigo de morte ou obrigação legal;
 - Garantir a confidencialidade dos dados e informações relativas aos usuários;
 - Assegurar a presença de um acompanhante às consultas de crianças,

4. The fourth part of the document discusses the implications of the findings for future research and practice. It suggests that the results of this study could be used to inform policy decisions and to guide the development of new programs and initiatives.

5. The fifth part of the document provides a conclusion and a summary of the key points. It reiterates the importance of the study and the need for further research in this area.

6. The sixth part of the document includes a list of references and a bibliography. It cites the various sources of information that were used in the study, including books, articles, and other documents.

7. The seventh part of the document contains a list of appendices and a glossary. It provides additional information that is relevant to the study, such as the raw data and the definitions of the key terms.

8. The eighth part of the document is a list of footnotes and a list of figures. It includes the text of the footnotes and the descriptions of the figures, which are used to illustrate the data and the results of the study.

9. The ninth part of the document is a list of tables and a list of equations. It includes the text of the tables and the equations, which are used to present the data and the results of the study in a clear and concise manner.

10. The tenth part of the document is a list of references and a bibliography. It cites the various sources of information that were used in the study, including books, articles, and other documents.



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO

Poder Executivo

Estado de Minas Gerais



gestantes e idosos;

- Garantir atendimento igualitário aos usuários, exceto nos casos previstos em lei.

- g) Implantar, alimentar e gerenciar sistema de informação e gestão em saúde (SIDIN ou outro que vier a substituí-lo), com capacidade de geração de arquivos e alimentação dos bancos de dados dos sistemas de informação do SUS, de forma a possibilitar compartilhamento das informações;
- h) Assistir de forma abrangente aos usuários e alimentar, fidedignamente, o Sistema E-Sus AB, segundo os critérios da **CONTRATANTE**, de acordo com as normas do Ministério de Saúde - MS;
- i) Manter quadro de recursos humanos qualificados e compatíveis com o porte da Unidade e com os serviços prestados, conforme estabelecido nas normas sanitárias, para funcionamento adequado e ininterrupto e outras normas detalhadas neste Instrumento;
- j) Implantar e garantir o adequado funcionamento dos serviços que compõem o Centro de Atenção Multiprofissional e observar todos os direitos dos usuários, inerentes aos serviços de saúde;
- k) Informar a Relação Nominal dos Profissionais em exercício, com número do registro junto aos Conselhos Regionais/ Federal ou órgão que fiscaliza o exercício do profissional compatível com o objeto deste;
- l) Firmar e manter contrato de prestação de serviços que se fizerem necessários, às suas expensas, garantindo estruturas físicas, operacionais e sanitárias para as habilitações necessárias de acordo com o perfil da unidade, junto ao Ministério da Saúde;
- m) Incluir, na implantação da imagem corporativa e nos uniformes dos trabalhadores **CONTRATADOS**, a programação visual padronizada das unidades de saúde do SUS, disposta na Portaria n.º 2838/MS, de 01/12/2011, e disposto no Manual de Identidade Visual (Versão 1.0) de abril de 2012, além do logotipo das Unidades e ou da Gestão Municipal e da **CONTRATADA**;
- n) Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo, de qualquer natureza, causados à **CONTRATANTE**, usuários e/ou a terceiros por sua culpa, em consequência de erro, negligência ou imperícia, própria ou de auxiliares e profissionais que estejam sob sua responsabilidade na execução dos serviços contratados;
- o) Manter durante toda a execução do Contrato a compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na época da contratação;
- p) Em nenhuma hipótese cobrar direta ou indiretamente do paciente por serviços médicos ou outros complementares referente à assistência a ele prestada pelo profissional médico;
- q) Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao paciente ou a seu representante, por profissional que esteja sob sua responsabilidade ou preposto, em razão da execução deste Contrato, garantido à **CONTRATADA** o direito de regresso em face do profissional que efetivou a cobrança;
- r) Dispor da informação oportuna dos usuários atendidos ou que lhe sejam referenciados para atendimento, registrando seus dados contendo no mínimo: nome, documento de identificação com foto, cartão SUS e endereço completo de sua residência, por razões de planejamento das atividades assistenciais;
- s) Implantar manuais de rotinas que busquem padronizar as atividades administrativas, tais como faturamento, gerência de almoxarifado e patrimônio, dentre outros;



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO

Poder Executivo
Estado de Minas Gerais



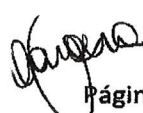
- t) Enviar a Secretaria de Saúde, até o dia 20 do mês subsequente ao das atividades desenvolvidas ou no dia útil que lhe for imediatamente posterior, todas as informações sobre as atividades desenvolvidas no **CENTRO DE ATENÇÃO MULTIPROFISSIONAL** bem como sobre relatório assistencial demonstrando o cumprimento de metas e indicadores;
- u) Anexar junto a demonstração de execução, os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e previdenciários relativos ao mês anterior, acompanhada das certidões negativas de débitos municipais, estadual, federal, trabalhistas e de FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

V – Na melhoria do serviço:

- a) Incentivar o uso seguro de medicamentos, procedendo-se a notificação de suspeita de reações adversas, por meio de formulários e sistemáticas da **CONTRATANTE**.
- b) Realizar seguimento, análise e adoção de medidas de melhoria diante das sugestões, queixas e reclamações que receber com respostas aos usuários, no prazo máximo de 30 dias úteis.
- c) Toda interpelação acerca do serviço público prestado pela **CONTRATADA**, feita por autoridade ou por pessoa do povo, deve ser prontamente respondida, observada as disposições da Lei nº12.527/11.
- d) Identificar suas carências nos serviços diagnósticos e/ou terapêuticos que justifiquem a necessidade do encaminhamento do usuário a outros serviços de saúde, apresentando à **CONTRATANTE**, mensalmente, relatório dos encaminhamentos ocorridos.
- e) Garantir que toda medida unilateral de mudanças de oferta de serviços, nos fluxos de atenção consolidados, na estrutura física da Unidade tenha a prévia ciência e aprovação da **CONTRATANTE**.
- f) Comunicar, à **CONTRATANTE** e ao **Serviço de Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde**, todas as aquisições e doações de bens móveis que forem realizadas, no prazo máximo de 30 dias após sua ocorrência, quando estas estiverem diretamente relacionadas ao objeto deste ajuste ou tenham sido realizadas para auxiliar no cumprimento das obrigações previstas neste contrato.
- g) Garantir o funcionamento do serviço de Manutenção Geral, como hidráulica e elétrica, assim como um Serviço de Gerenciamento de Risco e de Resíduos Sólidos na Unidade, bem como manter o Núcleo de Engenharia Clínica, para o bom desempenho dos equipamentos.
- h) Permitir o livre acesso do Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria e das Comissões instituídas pelo **CONTRATANTE**, do Sistema Nacional de Auditoria do SUS e da Vigilância Sanitária, em qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com este Instrumento, quando em missão de fiscalização, avaliação ou auditoria.
- i) Estabelecer controle de acesso às dependências, como forma de contribuir para a segurança patrimonial e pessoal dos usuários do SUS que estão sob sua responsabilidade, bem como a de todos aqueles que trabalham nas Unidades.
- j) Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas no **CONTRATO DE PROGRAMA** e de outras decorrentes da natureza dos serviços a serem prestados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para o cumprimento das atividades decorrentes deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, a Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo do Rio Abaixo, se obriga a:


Página 5 de 24 

In the second part, the document outlines the various methods used to collect and analyze data. It describes the process of gathering information from different sources and how this data is then used to identify trends and patterns.

The third part of the document focuses on the role of technology in modern data analysis. It discusses how advanced software tools and algorithms have revolutionized the way data is processed and interpreted.

In the fourth part, the document explores the challenges faced by organizations in managing large volumes of data. It highlights the need for effective data management strategies to ensure that information is accessible and secure.

In the sixth part, the document examines the ethical implications of data analysis. It discusses the potential for misuse of data and the need for clear guidelines to govern its use.

The seventh part of the document focuses on the future of data analysis. It discusses emerging trends and technologies that are expected to shape the field in the coming years.

In the eighth part, the document provides a summary of the key points discussed throughout the document. It reiterates the importance of data in decision-making and the need for ongoing research and innovation in the field.

The ninth part of the document discusses the role of data in various industries. It provides examples of how data is used in fields such as healthcare, finance, and marketing.

In the tenth part, the document explores the impact of data on society. It discusses how the collection and analysis of data have changed the way we live and work.

The eleventh part of the document discusses the challenges of data integration. It outlines the difficulties of combining data from different sources and the need for standardized formats.

In the twelfth part, the document provides a conclusion and a call to action. It encourages organizations to embrace data-driven decision-making and to invest in the resources needed to succeed in the digital age.



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO
Poder Executivo
Estado de Minas Gerais



- 1) Fiscalizar e acompanhar através do Controle, Avaliação e Auditoria ou outro a quem a Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas determinar, a prestação de serviços pela **CONTRATADA**;
- 2) Fiscalizar periodicamente ou quando solicitado, através dos órgãos de Controle Sanitário, a conformidade do funcionamento da **CONTRATADA** nos termos da legislação em vigor;
- 3) Exercer o controle, avaliação e regulação dos serviços a serem prestados, autorizando todos os procedimentos a serem realizados que envolvam a assistência ambulatorial ao paciente. A existência de serviço de controle e avaliação municipal não eximirá a **CONTRATADA** de nenhuma responsabilidade técnica;
- 4) Rejeitar com a devida justificativa, qualquer serviço que tenha sido executado fora das especificações do Contrato;
- 5) Notificar a **CONTRATADA** por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do contrato;
- 6) Prestar esclarecimentos e informações à **CONTRATADA** que visem orientá-la na correta prestação dos serviços e metas pactuadas, dirimindo as questões omissas neste Instrumento;
- 7) Disponibilizar à **CONTRATADA** estrutura física existente para funcionamento da unidade de saúde objeto desse contrato, recusos financeiros, parte de materiais permanentes, equipamentos e instrumentos para a organização, administração e gerenciamento da unidade, compreendendo energia elétrica, abastecimento de água, telefonia fixa e rede de dados;
- 8) Prover a **CONTRATADA** dos recursos financeiros necessários ao fiel cumprimento da execução deste Contrato, conforme valores previamente estipulados no orçamento anual e orçamentos dos exercícios subsequentes;
- 9) Realizar o acompanhamento e a fiscalização, mensalmente, por meio de Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do **CONTRATO DE PROGRAMA**, a qual observará, *IN-LOCO* e nos relatórios apresentados, o desenvolvimento e cumprimento das atividades de assistência prestada pela **CONTRATADA** aos usuários da unidade;
- 10) A supervisão e avaliação da prestação de serviço estará a cargo do serviço de Controle, Avaliação e Auditoria ou outro a quem a Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo do Rio Abaixo determinar, a qual poderá:
 - determinar que sejam refeitos os serviços já executados que não tiverem sido satisfatórios, sem ônus para SMS;
 - determinar o reforço de equipamento ou pessoal caso avalie que os disponibilizados não sejam suficientes para execução dos exames no prazo e qualidade determinados;
 - solicitar alteração nos fluxos de atendimento e agendamento visando melhoria do atendimento prestado;
 - aplicar as sanções e penalidades previstas neste **CONTRATO DE PROGRAMA** e concomitantemente com as previstas no Regulamento Técnico do Controle, Avaliação e Auditoria do Componente Municipal do Sistema Nacional de Auditoria de São Gonçalo do Rio Abaixo ou outro documento que vier a substituí-lo.

11) É de responsabilidade da **CONTRATANTE**, quando necessário, fornecer os medicamentos da farmácia Centro de Atenção Multiprofissional em Saúde - CAMPS.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente **CONTRATO DE PROGRAMA** será por 12 meses, iniciando-se a partir de **01/08/2023 e encerrando-se em 01/08/2024**, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93, após demonstrada e justificada a necessidade do serviço prestado para a consecução dos objetivos

Estado de México
Gobierno del Estado

El presente documento tiene como finalidad informar a la ciudadanía sobre los resultados de la encuesta de opinión pública realizada en el mes de mayo de 2013.

La encuesta se realizó a través de un cuestionario telefónico, con el fin de conocer la opinión de la ciudadanía sobre el desempeño del gobierno del Estado.

Los resultados de la encuesta se presentan a continuación, organizados en tres secciones: Opinión sobre el gobierno del Estado, Opinión sobre el gobernador y Opinión sobre el Congreso del Estado.

En primer lugar, se presenta la opinión sobre el gobierno del Estado. Los resultados indican que la mayoría de la ciudadanía considera que el gobierno del Estado ha cumplido con sus obligaciones.

En segundo lugar, se presenta la opinión sobre el gobernador. Los resultados indican que la mayoría de la ciudadanía considera que el gobernador ha cumplido con sus obligaciones.

En tercer lugar, se presenta la opinión sobre el Congreso del Estado. Los resultados indican que la mayoría de la ciudadanía considera que el Congreso del Estado ha cumplido con sus obligaciones.

Los resultados de la encuesta indican que la mayoría de la ciudadanía considera que el gobierno del Estado ha cumplido con sus obligaciones. Sin embargo, también se observó que una parte de la ciudadanía considera que el gobierno del Estado no ha cumplido con sus obligaciones.

En conclusión, los resultados de la encuesta indican que la mayoría de la ciudadanía considera que el gobierno del Estado ha cumplido con sus obligaciones. Sin embargo, también se observó que una parte de la ciudadanía considera que el gobierno del Estado no ha cumplido con sus obligaciones.

Los resultados de la encuesta indican que la mayoría de la ciudadanía considera que el gobierno del Estado ha cumplido con sus obligaciones. Sin embargo, también se observó que una parte de la ciudadanía considera que el gobierno del Estado no ha cumplido con sus obligaciones.

Los resultados de la encuesta indican que la mayoría de la ciudadanía considera que el gobierno del Estado ha cumplido con sus obligaciones. Sin embargo, también se observó que una parte de la ciudadanía considera que el gobierno del Estado no ha cumplido con sus obligaciones.

Los resultados de la encuesta indican que la mayoría de la ciudadanía considera que el gobierno del Estado ha cumplido con sus obligaciones. Sin embargo, también se observó que una parte de la ciudadanía considera que el gobierno del Estado no ha cumplido con sus obligaciones.

Los resultados de la encuesta indican que la mayoría de la ciudadanía considera que el gobierno del Estado ha cumplido con sus obligaciones. Sin embargo, también se observó que una parte de la ciudadanía considera que el gobierno del Estado no ha cumplido con sus obligaciones.

Los resultados de la encuesta indican que la mayoría de la ciudadanía considera que el gobierno del Estado ha cumplido con sus obligaciones. Sin embargo, también se observó que una parte de la ciudadanía considera que el gobierno del Estado no ha cumplido con sus obligaciones.

Los resultados de la encuesta indican que la mayoría de la ciudadanía considera que el gobierno del Estado ha cumplido con sus obligaciones. Sin embargo, también se observó que una parte de la ciudadanía considera que el gobierno del Estado no ha cumplido con sus obligaciones.

Los resultados de la encuesta indican que la mayoría de la ciudadanía considera que el gobierno del Estado ha cumplido con sus obligaciones. Sin embargo, también se observó que una parte de la ciudadanía considera que el gobierno del Estado no ha cumplido con sus obligaciones.

Los resultados de la encuesta indican que la mayoría de la ciudadanía considera que el gobierno del Estado ha cumplido con sus obligaciones. Sin embargo, también se observó que una parte de la ciudadanía considera que el gobierno del Estado no ha cumplido con sus obligaciones.

Los resultados de la encuesta indican que la mayoría de la ciudadanía considera que el gobierno del Estado ha cumplido con sus obligaciones. Sin embargo, también se observó que una parte de la ciudadanía considera que el gobierno del Estado no ha cumplido con sus obligaciones.

Los resultados de la encuesta indican que la mayoría de la ciudadanía considera que el gobierno del Estado ha cumplido con sus obligaciones. Sin embargo, también se observó que una parte de la ciudadanía considera que el gobierno del Estado no ha cumplido con sus obligaciones.



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO

Poder Executivo
Estado de Minas Gerais



estratégicos do SUS/Pará de Minas.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O presente **CONTRATO DE PROGRAMA** poderá ser alterado a qualquer momento, de comum acordo entre as partes, por meio de Termo Aditivo, precedido de justificativa escrita e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Contrato serão alocados para a **CONTRATADA** mediante crédito bancário, em moeda corrente, em conta corrente mantida junto ao banco indicado pela **CONTRATADA**, valendo o respectivo aviso de crédito emitido pelo banco pagador como recibo.

Parágrafo único – Para a execução do objeto deste Instrumento, a **CONTRATANTE** repassará o recurso financeiro à **CONTRATADA** mensalmente, no prazo e condições constantes deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, conforme Nota de empenho respectiva, e os recursos necessários à contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

0206.10.302.0015.2.308.339339 – Ficha 1196 – Fonte 1500 – Desdobrada 5880

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR ESTIMADO DO CONTRATO DE PROGRAMA

O valor total estimado do contrato é de R\$ 2.174.232,75 (Dois milhões, cento e setenta e quatro mil, duzentos e trinta e dois reais e setenta e cinco centavos), previstos inicialmente para a sua vigência. Com estimativa mensal para os primeiros dois meses de R\$ 295.760,52 (Duzentos e noventa e cinco mil, setecentos e sessenta reais e cinquenta e dois centavos) e demais meses de R\$ 158.271,17 (Cento e cinquenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e dezessete centavos).

§ 1º – O valor mensal estimado será composto de uma parcela fixa, correspondente a 2/3 (dois terços) do valor estabelecido, e de uma parcela variável, correspondente a 1/3 (um terço), estando o repasse condicionado ao cumprimento de metas em indicadores definidos no ANEXO I.

§ 2º – Quaisquer recursos financeiros oriundos do Sistema Único de Saúde - SUS, de custeio e/ou investimento, que exijam complementação pela **CONTRATANTE** além do valor estabelecido no *caput* desta cláusula, deverão ser objeto de análise prévia pela **CONTRATANTE** e aplicados pela **CONTRATADA** respeitando as regras de financiamento, gestão e gerência do Sistema Único de Saúde - SUS.

§ 3º- Os elementos de precificação deste instrumento contratual foram estabelecidos considerando objetos comuns à composição de custos de cada rubrica. Quando da execução dos serviços, a **CONTRATANTE** deverá se ater ao que estiver delimitado financeiramente nas previsões de cada rubrica e à sua essência, ou seja, itens da mesma natureza, e não deverá considerar necessariamente cada item, objeto ou material de forma nominal, possibilitando a flexibilidade pertencente à essência do contrato ora pactuado, cujo cerne é o cumprimento de metas/indicadores.

§ 4º – A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** poderão acordar a execução de intervenções de aumento de capacidade ou melhoria, investimentos em tecnologias, como instalação de software e mídias, entre outros bem como o reequilíbrio financeiro com as devidas justificativas, as quais incorporarão ao **CONTRATO DE PROGRAMA** e serão objeto de termo aditivo e/ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que prévia e devidamente justificada e precedida de autorização pela Secretaria Municipal de Saúde

§ 5º – Os repasses referentes aos investimentos previstos no parágrafo anterior serão efetuados pela **CONTRATANTE** mediante termo aditivo e/ou processo administrativo específico, onde serão descritos as justificativas e o detalhamento do aporte financeiro a ser realizado, podendo o repasse ser de valor total ou complementar ao investimento que será realizado pela própria **CONTRATADA**.



OFFICE OF THE ASSISTANT CHIEF OF FOREST SERVICE

WASHINGTON, D. C.

TO THE CHIEF OF FOREST SERVICE, U.S. DEPARTMENT OF AGRICULTURE, WASHINGTON, D. C.

FROM THE ASSISTANT CHIEF OF FOREST SERVICE, U.S. DEPARTMENT OF AGRICULTURE, WASHINGTON, D. C.

RE: [Illegible subject line]

[Illegible body text paragraph]

[Illegible body text paragraph]

[Illegible body text paragraph]

[Illegible body text paragraph]

[Illegible body text paragraph]

[Illegible body text paragraph]

[Illegible body text paragraph]

[Illegible body text paragraph]

[Illegible body text paragraph]

[Illegible body text paragraph]



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO

Poder Executivo
Estado de Minas Gerais



CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento referente a esse contrato se divide em dois formatos, sendo compostos por um valor fixo mensal correspondente a 2/3 do valor mensal estimado e por um valor variável mensal correspondente a 1/3 do valor mensal estimado.

1. A partir do primeiro mês de contrato, até o dia 10 (dez) de cada mês, deverá ser quitado 2/3 (dois terços) do valor que corresponde à parte fixa, de forma integral, mediante crédito bancário, em moeda corrente, em conta corrente mantida junto ao banco indicado pela **CONTRATADA**, valendo o respectivo aviso de crédito emitido pelo banco pagador como recibo;

2. No tocante à parte variável, correspondente ao 1/3 (um terço) do valor estimado mensal, o repasse deverá ocorrer até o último dia útil do mês subsequente;

3. Os valores afetos a Despesa Variável, previstos para os três primeiros meses, deverão ser repassados junto a parcela fixa dos três primeiros meses.

4. O valor da parcela variável, 1/3 (um terço) do valor estimado mensal, estará condicionada a cumprimento de metas em indicadores estabelecidos, passível de eventuais glosas apuradas no mês de referência, pela Comissão de Avaliação na demonstração de execução mensal;

5. As Metas e os Indicadores poderão ser revistos a qualquer tempo, de comum acordo entre as partes, quando o interesse público e o equilíbrio contratual o exigir, ou havendo Portarias normatizadoras definindo novas metas e/ou indicadores;

6. O desconto previsto no item 4 será aplicado a partir do 3º mês do início do Contrato, em função da necessidade de assegurar a **CONTRATADA** o período necessário para iniciar a prestação de serviços, bem como adequar as operações da entidade aos seus parâmetros funcionais, visando a sustentabilidade do serviço, bem como a continuidade da prestação de serviços pela contratada;

§ 1º. A **CONTRATADA** deverá efetuar o pagamento da Nota Fiscal em até 2 (dois) dias úteis, casos não haja inconsistências, respeitado o mesmo período de pagamento no caso de ocorrerem correções nesta;

§ 2º - Ficará a cargo do **CONTRATANTE** o pagamento referente a vencimentos e encargos sociais dos servidores efetivos cedidos pela Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo do Rio Abaixo;

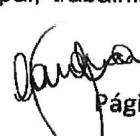
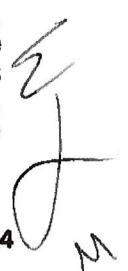
§ 3º – O valor mensal para o Gerenciamento objeto desse Contrato, bem como seus detalhamentos e divisões por serviços, constará na **TABELA DE SERVIÇOS E PROCEDIMENTOS EM SAÚDE (TSPS) DO ICISMEP**, especificamente no quadro que trata da **TABELA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E DE GERENCIAMENTO DE UNIDADES OU SERVIÇOS DE SAÚDE**, e referente às **UNIDADES E SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**;

§ 4º – O valor mensal indicado neste instrumento, o percentual de 5% do total referente à cobertura tributária (PASEP 1%) e aos custos operacionais afetos à gestão da **CONTRATADA**;

7. A liberação de parcelas de repasse nas datas avençadas no presente contrato é a condição essencial para assegurar à **CONTRATADA** as condições necessárias para a prestação do serviço assistencial de saúde aos usuários, atendendo às condições mínimas constantes no Quadro de Indicadores de Desempenho.

CLÁUSULA NONA – DA DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO

A **CONTRATADA** ficará responsável pela apresentação da demonstração da execução mensalmente, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente por meio de relatório pertinente a execução mensal deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, contendo demonstrativos de cumprimento de metas e indicadores, os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e previdenciários relativos ao mês anterior, acompanhada das certidões negativas de débitos, federal, estadual e municipal, trabalhistas e de FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.


Página 8 de 24 

DATE: 10/10/68
BY: [illegible]

10/10/68
[illegible]

SUBJECT: [illegible]

[illegible text]

[illegible text]

[illegible text]

[illegible text]

[illegible text]

[illegible text]

[illegible text]

[illegible text]

[illegible text]

[illegible text]

[illegible text]

[illegible text]

REMARKS: [illegible]

[illegible text]

10/10/68
[illegible]



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO

Poder Executivo
Estado de Minas Gerais



CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO PELA CONTRATANTE

A **CONTRATANTE** instituirá mecanismos de Acompanhamento e Fiscalização do cumprimento das metas e indicadores deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, envolvendo as áreas correlacionadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato.

Gestor do Contrato: Renata Maria Guzzo Fonseca
Fiscal: Nelia Maria Tonelli Carvalho

§ 1º – A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do cumprimento das metas e indicadores deste **CONTRATO DE PROGRAMA** será executado pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo composta por:

I – 03 (três) membros indicados pela Secretaria Municipal da Saúde, sendo no mínimo um integrante profissional de saúde.

§ 2º – A Secretaria Municipal de Saúde ou quem esta determinar, deverá analisar a documentação, com respectiva documentação comprobatória apresentadas pela Contratada e emitir Relatório de Conclusão informando o alcance das metas contratualizadas dentro do mês de referência em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento destes, relativos a:

- a) Grau de atingimento das metas acordadas;
- b) Padrão de qualidade na execução dos serviços;
- c) Satisfação do usuário e outros aspectos que entender necessários.

§ 3º – A execução do presente instrumento será acompanhada pelo gestor e fiscal acima especificados, por meio dos dispostos nesse contrato, seus anexos e instrumentos definidos pela **CONTRATANTE**.

§ 4º – A análise da documentação comprobatória do cumprimento das metas dos indicadores contratualizados e a emissão de relatório de Conclusão após o envio da demonstração de execução a **CONTRATANTE** pela **CONTRATADA** será realizada pela Comissão instituída pela Secretaria Municipal de Saúde.

§ 5º – O relatório conclusivo deverá ser objeto de criteriosa análise pela Secretaria Municipal de Saúde, que determinará, à **CONTRATADA**, as correções, que eventualmente se fizerem necessárias, para garantir a plena eficácia do **CONTRATO DE PROGRAMA**.

§ 6º – A **CONTRATADA** após receber o relatório técnico, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar justificativas, que serão analisadas pela comissão de acompanhamento e fiscalização no prazo de 5 (cinco) dias, emitindo-se o relatório conclusivo que será encaminhado a secretaria municipal de saúde.

§ 7º – Após ciência e aprovação do Parecer Final pela Secretaria Municipal de Saúde, o mesmo deverá ser encaminhado ao Controle Interno da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo para as providências cabíveis, ficando toda documentação disponível a qualquer tempo sempre que requisitada.

§ 8º – A Secretaria Municipal de Saúde disponibilizará o relatório conclusivo no Portal da Prefeitura do Município de São Gonçalo do Rio Abaixo na internet.

§ 9º – A Secretaria Municipal de Saúde ou quem esta determinar, ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade na utilização de recursos ou bens de origem pública, dará ciência ao Prefeito e ao Ministério Público, para as providências cabíveis, sob pena de responsabilidade solidária.

CLÁUSULA DÉCIMA -PRIMEIRA – DOS BENS PÚBLICOS

Juntamente à descentralização do serviço, estarão em permissão de uso da **CONTRATADA** todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, os demais bens públicos vinculados à operação e manutenção do Centro de Atenção Multiprofissional em Saúde - CAMPS necessários ao cumprimento do **CONTRATO DE PROGRAMA**.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO

Poder Executivo
Estado de Minas Gerais



§ 1º – A **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE** farão vistoria dos bens cedidos, e anexarão, no prazo máximo de 30 dias da assinatura do termo de permissão de uso de bens móveis e semipermanentes, constante no Anexo II, inventário do patrimônio a ser cedido à **CONTRATADA**.

§ 2º – A **CONTRATADA** obriga-se a manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança os bens disponibilizados durante toda a vigência deste instrumento, necessários ao bom desempenho do serviço nos termos previstos neste **CONTRATO DE PROGRAMA**.

§ 3º – Os bens móveis e semipermanentes públicos permitidos poderão ser substituídos por outros de igual ou maior valor, desde que previamente autorizado pela **CONTRATANTE** e que tenha sido providenciada a respectiva avaliação, ficando condicionado à integração dos novos bens ao patrimônio do Município de São Gonçalo do Rio Abaixo.

§ 4º – Aqueles bens cujo uso não seja mais possível, serão devolvidos à **CONTRATANTE** para que este adote as providências necessárias para a sua baixa no patrimônio da Administração e substituição por outro equipamento em condições de uso.

CLÁUSULA DÉCIMA - SEGUNDA – DA TRANSFERÊNCIA PARCIAL DE CONTROLE DO SISTEMA EXISTENTE

O Centro de Atenção Multiprofissional em Saúde e todo o seu acervo patrimonial serão transferidos para a **CONTRATADA**, através do recebimento da **ORDEM DE INÍCIO**, tornando-se daí em diante, até a extinção deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, de responsabilidade compartilhada entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** a prestação do serviço assistencial de saúde adequado.

CLÁUSULA DÉCIMA - TERCEIRA – DA INTERVENÇÃO DO MUNICÍPIO NO SERVIÇO TRANSFERIDO

Na hipótese de risco quanto à continuidade dos serviços de saúde prestados à população pela **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** poderá assumir, imediatamente, a execução dos serviços objeto deste Contrato, bem como, a administração da unidade, qualquer que seja o estado de conservação que se encontre.

§ 1º – Ocorrendo o previsto no sub-item acima, a **CONTRATANTE** assumirá o gerenciamento da unidade com todas as instalações, equipamentos e recursos humanos necessários para regular o funcionamento, sejam pertencentes à **CONTRATADA** e/ou cedidos pela **CONTRATANTE**.

§ 2º – Acontecendo o previsto nos sub-itens anteriores, todas as despesas e custos decorrentes da intervenção passarão a ser de responsabilidade da **CONTRATANTE** até que a intervenção seja suspensa, quando a situação emergencial for superada e/ou regularizada, com a volta da própria **CONTRATADA**, se for o caso, ou com a contratação de outra Instituição de Cooperação de Saúde que venha a substituí-la ou, ainda, com a assunção direta do gerenciamento da unidade pela própria **CONTRATANTE** em caráter definitivo, se essa for a decisão governamental.

§ 3º – O Município possui a prerrogativa, por meio do Controle Interno do Município, de exercer a fiscalização sobre a execução e aplicação dos recursos financeiros pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA - QUARTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** é responsável pela indenização de danos decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem aos usuários, aos órgãos do Sistema Único de Saúde e a terceiros a esses vinculados, bem como, aos bens públicos móveis, semipermanentes e imóveis elencados neste Instrumento, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - QUINTA – DAS PENALIDADES

A inobservância, pela **CONTRATADA**, de cláusula ou obrigação constante deste **CONTRATO DE PROGRAMA** e seus Anexos, autorizará o Município de São Gonçalo do Rio Abaixo, através de sua



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO
Poder Executivo
Estado de Minas Gerais



Procuradoria Geral, garantida a plena defesa e o contraditório, a aplicar as sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, quais sejam:

I - Advertência;

II - Multa;

§ 1º – A imposição das penalidades previstas no item 1 será proporcional à gravidade do fato que a motivar, consideradas as circunstâncias objetivas do caso, e dela será notificada a **CONTRATADA**.

§ 2º – A multa, prevista no inciso II, do *caput* desta cláusula, será cobrada segundo os seguintes critérios:

I - Pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, que não diga respeito diretamente à execução do objeto, multa de 0,5% a 1% (de meio ponto percentual até um por cento) referente a média do valor mensal dos serviços contratados nos últimos 3 (três) meses;

II - Pela rescisão do contrato por culpa da **CONTRATADA**, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal dos serviços contratados;

III - O valor de eventual multa será descontado dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**.

§ 3º – As sanções previstas no inciso I poderá ser aplicada com a sanção prevista no inciso II.

§ 4º – Caberá recurso ao Prefeito Municipal em face de decisão que aplicar à **CONTRATADA** quaisquer das sanções indicadas nesta cláusula, no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de publicação, na imprensa oficial, da decisão recorrida.

§ 5º – A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não elide o direito da **CONTRATANTE** de exigir indenização integral dos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do Sistema Único de Saúde, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal, civil e/ou ética do autor do fato.

CLÁUSULA DÉCIMA - SEXTA – DA RESCISÃO E ENCERRAMENTO CONTRATUAL

A rescisão do presente **CONTRATO DE PROGRAMA** obedecerá às disposições contidas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações.

§ 1º – Verificada qualquer das hipóteses ensejadoras de rescisão contratual prevista no artigo 78, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o Poder Executivo providenciará a revogação dos Termos de Permissão de Uso dos bens públicos e da cessão dos servidores efetivos à disposição da **CONTRATADA**, não cabendo à **CONTRATADA** direito à indenização sob qualquer forma, salvo na hipótese prevista no § 2º, do art. 79, da Lei supracitada.

§ 2º – A rescisão contratual se dará por ato da Secretaria Municipal de Saúde, após manifestação da Procuradoria Geral do Município de São Gonçalo do Rio Abaixo, em processo administrativo, no qual será assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa da **CONTRATADA**.

§ 3º – Em caso de rescisão unilateral por parte da **CONTRATANTE** que não decorra de má gestão, culpa ou dolo da **CONTRATADA**, deverá esta restituir eventual saldo remanescente, dos recursos repassados na forma da cláusula oitava, proporcional ao tempo de prestação de serviço creditado e que não será executado, no prazo de até 5 (cinco) dias, contados do administrativo definitivo que decidir pela rescisão.

§ 4º – Em caso de rescisão unilateral por parte da **CONTRATANTE**, deverá ser notificado à **CONTRATADA** com no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência da data pretendida para a rescisão, contados a partir do recebimento pela **CONTRADA** da notificação de rescisão.

§ 5º – Em caso de rescisão unilateral por parte da **CONTRATADA**, nas hipóteses dos incisos XIII a XVI, do artigo 78, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, esta se obriga a continuar

Vol. 100, Part 1, 1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970

1970



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO

Poder Executivo
Estado de Minas Gerais



executando as atividades e serviços de saúde ora contratados, salvo dispensa da obrigação por parte da **CONTRATANTE**, por um prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do recebimento pela **CONTRATANTE** da notificação de rescisão.

§ 6º – No caso do previsto nos parágrafos 3º e 4º e no caso de término de vigência, a Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo do Rio Abaixo /Fundo Municipal de Saúde efetuará os repasses devidos até o término da execução do contrato, bem como o pagamento do custo da desmobilização, sem prejuízo da indenização a que a **CONTRATADA** faça jus por eventuais prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

§ 7º – Nos casos de rescisão, extinção ou término deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar à **CONTRATANTE** todas as informações analisadas e armazenadas no software de gestão, bem como, providenciar a transferência de titularidade da licença para a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA - SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Para atender ao disposto neste **CONTRATO DE PROGRAMA**, a **CONTRATADA** declara que:

I - Dispõe de suficiente nível técnico assistencial, capacidade e condições de prestação de serviços que permitam maior nível de qualidade nos serviços contratados conforme a especialidade e características da demanda, especificados nos Anexos que integram o presente **CONTRATO DE PROGRAMA**.

II - Não está sujeita a nenhum tipo de restrição legal que incapacite seu representante legal de firmar este **CONTRATO DE PROGRAMA**.

CLÁUSULA DÉCIMA - OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

A **CONTRATANTE** providenciará a publicação do presente **CONTRATO DE PROGRAMA** no Diário Oficial do Município e no site oficial do Município de São Gonçalo do Rio Abaixo, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data da sua assinatura.

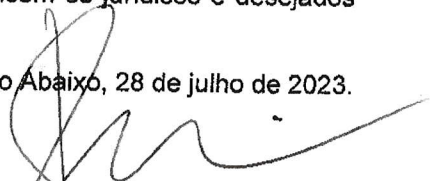
CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

I - As partes **CONTRATANTES** elegem o Foro da Comarca de Igarapé, como competente para dirimir toda e qualquer controvérsia resultante do presente Contrato, que não puder ser resolvida amigavelmente, renunciando, expressamente, a outro qualquer, por mais privilegiado que se configure.

E, por estarem acordes, os representantes das partes assinam o presente **CONTRATO DE PROGRAMA**, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que alcancem os jurídicos e desejados efeitos, na presença das testemunhas abaixo.

São Gonçalo do Rio Abaixo, 28 de julho de 2023.


Raimundo Norato de Barcelos
Pelo Município de
São Gonçalo do Rio Abaixo


Eustáquio da Abadia Amaral
Pela Instituição de Cooperação
Intermunicipal do Médio Paraopeba -
ICISMEP

Testemunha 01

Nome: Marcelo Feres da Nogueira Araújo

Identidade: 116.11532975

Testemunha 02

Nome: Germano Wilson da Silva

Identidade: MG 19313505



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO

Poder Executivo
Estado de Minas Gerais



ANEXO I

INDICADORES E METAS

CENTRO DE ATENÇÃO MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE - CAMPS , SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG

1) INDICADORES

Medidas de desempenho que expressam resultados em índices numéricos, sua aplicação eficaz gera o aumento de conhecimento sobre os pontos críticos nos processos, permitindo uma avaliação contínua da eficiência desses indicadores, proporcionando informações mensuráveis que descreve a realidade organizacional. São ferramentas de gestão essenciais para garantir a eficiência e a eficácia das atividades. Deverão ser realizadas reuniões mensais para avaliação e análise dos indicadores, visando propostas de melhorias na execução dos processos de trabalho, através de planos de ação.

2) ESTRUTURA E PERFIL DA UNIDADE

LOCALIZAÇÃO	Centro de Atenção Multiprofissional em Saúde – CAMPS Rua: Monteiro Lobato, Bairro Cidade Universitária, São Gonçalo do Rio Abaixo/MG
INSTALAÇÕES FÍSICAS	• Consultórios • Área para atividade coletiva • Piscina
TIPO ATENDIMENTO	• Educador Físico • Fisioterapia • Fonoaudiologia • Nutrição • Psicólogo • Terapia Ocupacional
PRODUÇÃO ESTIMADA/MÊS	• Atendimentos individualizados e coletivos

Copyright, 1934, by American Medical Association
All Rights Reserved

Vol. 44

No. 12

Published for the American Medical Association by the American Medical Association Press, Chicago, Ill.

Subscription price, Five Dollars Per Annum in Advance

The Journal of the American Medical Association is a weekly publication of the American Medical Association. It is the official journal of the Association and is published for the Association by the American Medical Association Press, Chicago, Ill. The Journal is a peer-reviewed journal and is one of the leading medical journals in the United States. It contains original research articles, clinical reports, and reviews of the literature. The Journal is published in English and is available to members of the American Medical Association and to libraries.

Subscription price, Five Dollars Per Annum in Advance

The Journal of the American Medical Association is a weekly publication of the American Medical Association. It is the official journal of the Association and is published for the Association by the American Medical Association Press, Chicago, Ill. The Journal is a peer-reviewed journal and is one of the leading medical journals in the United States. It contains original research articles, clinical reports, and reviews of the literature. The Journal is published in English and is available to members of the American Medical Association and to libraries.

Subscription price, Five Dollars Per Annum in Advance

Subscription price, Five Dollars Per Annum in Advance

Subscription price, Five Dollars Per Annum in Advance

Subscription price, Five Dollars Per Annum in Advance

Subscription price, Five Dollars Per Annum in Advance

Subscription price, Five Dollars Per Annum in Advance

Subscription price, Five Dollars Per Annum in Advance

**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO****Poder Executivo**
Estado de Minas Gerais**3) CONSULTAS MÉDICAS – PRODUÇÃO A SER EFETIVADA**

ESPECIALIDADE	TIPO DE ATENDIMENTO	Nº DE PROFISSIONAIS A SER CONTRATADO	ATENDIMENTOS INDIVIDUAIS META FÍSICA / MÊS	ATENDIMENTOS COLETIVOS META FÍSICA/MÊS	TOTAL DE ATENDIMENTOS PREVISTOS NO MÊS
Educador Físico	Atendimento Individual e Coletivo	2	-	42	42
Fisioterapia	Ortopédico Neurológico Cardiorrespiratório Geniturinário	3	378	63	441
Fonoaudiologia	Atendimento Individual para Reabilitação da fala/comunicação	1	252	-	252
Nutrição	Reabilitação nutricional Disfunção Gastrointestinal	1	126	21	147
Psicólogo	Atendimento Individual Oficinas Matriciamento	1	126	21	147
Terapia Ocupacional	Oficinas e Grupos Terapêuticos para Reabilitação	2	252	42	294
TOTAL:	-				

Exercício 1980

1. CONSULTAS E RESPOSTAS - PROPOSTA A SER ELABORADA

Nº	Assunto	Data	Resposta	Assunto	Data	Resposta
1	...	...	...	...	...	...
2	...	...	...	...	...	...
3	...	...	...	...	...	...
4	...	...	...	...	...	...
5	...	...	...	...	...	...
6	...	...	...	...	...	...
7	...	...	...	...	...	...
8	...	...	...	...	...	...
9	...	...	...	...	...	...
10	...	...	...	...	...	...
11	...	...	...	...	...	...
12	...	...	...	...	...	...
13	...	...	...	...	...	...
14	...	...	...	...	...	...
15	...	...	...	...	...	...
16	...	...	...	...	...	...
17	...	...	...	...	...	...
18	...	...	...	...	...	...
19	...	...	...	...	...	...
20	...	...	...	...	...	...
21	...	...	...	...	...	...
22	...	...	...	...	...	...
23	...	...	...	...	...	...
24	...	...	...	...	...	...
25	...	...	...	...	...	...
26	...	...	...	...	...	...
27	...	...	...	...	...	...
28	...	...	...	...	...	...
29	...	...	...	...	...	...
30	...	...	...	...	...	...
31	...	...	...	...	...	...
32	...	...	...	...	...	...
33	...	...	...	...	...	...
34	...	...	...	...	...	...
35	...	...	...	...	...	...
36	...	...	...	...	...	...
37	...	...	...	...	...	...
38	...	...	...	...	...	...
39	...	...	...	...	...	...
40	...	...	...	...	...	...
41	...	...	...	...	...	...
42	...	...	...	...	...	...
43	...	...	...	...	...	...
44	...	...	...	...	...	...
45	...	...	...	...	...	...
46	...	...	...	...	...	...
47	...	...	...	...	...	...
48	...	...	...	...	...	...
49	...	...	...	...	...	...
50	...	...	...	...	...	...
51	...	...	...	...	...	...
52	...	...	...	...	...	...
53	...	...	...	...	...	...
54	...	...	...	...	...	...
55	...	...	...	...	...	...
56	...	...	...	...	...	...
57	...	...	...	...	...	...
58	...	...	...	...	...	...
59	...	...	...	...	...	...
60	...	...	...	...	...	...
61	...	...	...	...	...	...
62	...	...	...	...	...	...
63	...	...	...	...	...	...
64	...	...	...	...	...	...
65	...	...	...	...	...	...
66	...	...	...	...	...	...
67	...	...	...	...	...	...
68	...	...	...	...	...	...
69	...	...	...	...	...	...
70	...	...	...	...	...	...
71	...	...	...	...	...	...
72	...	...	...	...	...	...
73	...	...	...	...	...	...
74	...	...	...	...	...	...
75	...	...	...	...	...	...
76	...	...	...	...	...	...
77	...	...	...	...	...	...
78	...	...	...	...	...	...
79	...	...	...	...	...	...
80	...	...	...	...	...	...
81	...	...	...	...	...	...
82	...	...	...	...	...	...
83	...	...	...	...	...	...
84	...	...	...	...	...	...
85	...	...	...	...	...	...
86	...	...	...	...	...	...
87	...	...	...	...	...	...
88	...	...	...	...	...	...
89	...	...	...	...	...	...
90	...	...	...	...	...	...
91	...	...	...	...	...	...
92	...	...	...	...	...	...
93	...	...	...	...	...	...
94	...	...	...	...	...	...
95	...	...	...	...	...	...
96	...	...	...	...	...	...
97	...	...	...	...	...	...
98	...	...	...	...	...	...
99	...	...	...	...	...	...
100	...	...	...	...	...	...

...

**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**

Poder Executivo
Estado de Minas Gerais

**INDICADORES ASSISTENCIAIS E DE QUALIDADE**

INDICADOR	META	RESULTADO ESPERADO	PESO /NOTA	CONSIDERAÇÕES
Utilizar o prontuário eletrônico para todos os atendimentos.	100% dos atendimentos	Relatório de sistema informatizado	10	Caso haja problemas no sistema, enviar justificativa e deverá ser aplicado "regra de 3" proporcional ao número de pacientes atendidos com prontuário eletrônico
Implantar Matriciamento	100% Implantada e em funcionamento e Regimento Interno elaborado	Atas das reuniões, bem como as metas traçadas e cumpridas conforme a apresentação do cronograma	10	Análise mensal
Inventariar todos os bens adquiridos e cedidos (móveis, utensílios e equipamentos)	100%	Lista atualizada mensalmente de todos os bens anteriores com os adquiridos e/ou cedidos	10	Apresentar a destinação dos bens inservíveis com devidos laudos. Verificar manutenção adequada dos bens adquiridos e patrimoniados, através de inventário apresentado com o status do bem
Registrar 100% dos profissionais no CNES	100%	CNES atualizado e informado mensalmente à SMS	10	CNES impresso no primeiro dia útil do mês subsequente, que estar assinado e carimbado pelo responsável. Em caso de demissão ou admissão, justificar e regularizar no mês seguinte.
Enviar Boletim de Produção Ambulatorial – BPA até o dia 10 do mês seguinte	100%	BPA entregue no mês subsequente	10	Envio regular comprovado. O não cumprimento implica na perda total do peso.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO****Poder Executivo**
Estado de Minas Gerais

Alimentar regularmente sistema de informação	100%	Procedimentos/ semana:	10	Será considerado o cumprimento deste indicador em 100% das guias e prontuários devidamente preenchidos e assinados pelo médico executante. Caso não tenha comprovação da realização, utilizar "regra de 3"
Realizar limpeza da piscina	Limpeza Diária	Check list	10	Realizar conferencia do PH da água diariamente, antes do início das atividades. Se necessário, corrigir com Ácido Clorídrico ou Carbonato de Sódio.
Cumprir metas de atendimentos coletivos	80% do total de agendamentos por especialidades	Verificação das agendas e confirmação dos atendimentos	10	
Cumprir metas de atendimentos individualizados	80% do total de agendamentos por especialidades	Verificação das agendas e confirmação dos atendimentos	10	
Implantar pesquisa de satisfação do usuário	80% dos usuários atendidos sendo o índice de satisfação igual ou maior que 90%	Serviço implantado	10	Realizar, e analisar as respostas mensalmente. Se resultado menor que 80%, utilizar "regra de 3"

A pontuação mensal será apurada a partir do somatório da pontuação dos itens 1 a 10.

1. Se o somatório final for entre 80% e 100% - o repasse será integral ao mês de referência;
2. Se o somatório final for entre 50% e 79,9% - haverá redução de 20% sobre o valor do repasse subsequente ao mês de referência;
3. Se o somatório final for entre 30% e 49,9% - haverá a redução de 50% sobre o valor do repasse subsequente o mês de referência;
4. Se o somatório final for abaixo de 30% - haverá a redução de 70% sobre o valor o repasse ao mês de referência.

16 de 24

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Período: 01/01/2023 a 31/12/2023
 Data de emissão: 31/12/2023

Atividade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Observações
Atividade 1	10	100,00	1.000,00	
Atividade 2	20	200,00	4.000,00	
Atividade 3	30	300,00	9.000,00	
Atividade 4	40	400,00	16.000,00	
Atividade 5	50	500,00	25.000,00	
Atividade 6	60	600,00	36.000,00	
Atividade 7	70	700,00	49.000,00	
Atividade 8	80	800,00	64.000,00	
Atividade 9	90	900,00	81.000,00	
Atividade 10	100	1.000,00	100.000,00	

Este relatório foi gerado automaticamente pelo sistema de controle de atividades. O valor total das atividades realizadas no período de 01/01/2023 a 31/12/2023 é de R\$ 475.000,00.

Observações: O valor unitário das atividades varia de acordo com a complexidade da tarefa. O valor total das atividades realizadas no período de 01/01/2023 a 31/12/2023 é de R\$ 475.000,00.

Assinatura: _____
 Data: 31/12/2023



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO

Poder Executivo
Estado de Minas Gerais



ANEXO II

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**, POR INTERMÉDIO DA **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** E A **ICISMEP**, QUALIFICADA COMO **INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO DE SAÚDE**, COM O OBJETIVO DE **AUTORIZAR O USO DE BENS MÓVEIS NO GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS NO CENTRO DE ATENÇÃO MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE - CAMPS NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO /MG.**

Por este instrumento de contrato, o **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 24.380.651/0001-12, com sede na Henriqueta Rubim, nº 27 – Centro – na cidade de São Gonçalo do Rio Abaixo, neste ato representado por Raimundo Nonato de Barcelos, Prefeito Municipal, portador do CEP nº 143.121.906-15 e Renata Maria Guzzo Fonseca Secretária Municipal de Saúde, portador do CPF nº 991.024.206-00, **PERMITENTE** e do outro lado o Consórcio Público **INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAÓPEBA – ICISMEP**, consórcio público de direito público, na forma de Associação Pública, de natureza autárquica interfederativa, inscrita no CNPJ sob o nº 05.802.877/0001-10, com sede na Rua Orquídeas, 489, Bairro Flor de Minas, São Joaquim de Bicas/MG, neste ato representada pelo seu Diretor Geral, Sr. Eustáquio da Abadia Amaral, inscrito no CPF sob o nº 055.506.886-20, doravante denominada **PERMISSIONÁRIO**, Considerando a legislação pertinente, e tendo em vista o disposto no Contrato de Programa 223/2023, firmado entre o Município de São Gonçalo do Rio Abaixo e a ICISMEP cujo objeto é o **GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS NO CENTRO DE ATENÇÃO MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO /MG**, as partes **RESOLVEM** firmar o presente **TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS**, nos termos das normas disciplinares previstas no ordenamento jurídico vigente, mediante as cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Instrumento tem por objeto ceder e permitir o uso, gratuito dos bens móveis, conforme inventário de bens disponível na sede da Secretaria Municipal de Saúde.

1.2. Este Termo de Permissão de Uso de Bens Móveis é parte integrante do Contrato de Programa 223/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO E USO DOS BENS MÓVEIS

2.1. O **PERMISSIONÁRIO** se compromete a utilizar os bens cedidos exclusivamente para atender aos usuários do Sistema Único de Saúde- SUS.

2.2. O **PERMISSIONÁRIO** deverá guardar/manter os bens cedidos, no Centro de Atenção Multiprofissional em Saúde - CAMPS no qual estão inventariados.

2.3. O **PERMISSIONÁRIO** se compromete a não emprestar, ceder, dar em locação ou em garantia, doar, alienar de qualquer forma, transferir total ou parcialmente, sob quaisquer modalidades, gratuita ou onerosa, provisória ou permanentemente, os direitos de uso dos bens móveis cedidos, assim como seus acessórios, manuais ou quaisquer partes, exceto se houver o prévio e expresso consentimento da **PERMITENTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. A **PERMITENTE** se compromete a:

a) Por força do presente Instrumento, a **PERMITENTE** cede e permite o pleno uso de todos os bens móveis inventariados no anexo deste Instrumento.

17 de 24

WYOMING STATE LANDS

The following is a list of the lands owned by the State of Wyoming, as of January 1, 1900. The lands are listed by county, and the acreage of each tract is given. The lands are also listed by the name of the owner, and the date of acquisition.

The following is a list of the lands owned by the State of Wyoming, as of January 1, 1900. The lands are listed by county, and the acreage of each tract is given. The lands are also listed by the name of the owner, and the date of acquisition.

WYOMING STATE LANDS

The following is a list of the lands owned by the State of Wyoming, as of January 1, 1900. The lands are listed by county, and the acreage of each tract is given. The lands are also listed by the name of the owner, and the date of acquisition.

The following is a list of the lands owned by the State of Wyoming, as of January 1, 1900. The lands are listed by county, and the acreage of each tract is given. The lands are also listed by the name of the owner, and the date of acquisition.

WYOMING STATE LANDS

The following is a list of the lands owned by the State of Wyoming, as of January 1, 1900. The lands are listed by county, and the acreage of each tract is given. The lands are also listed by the name of the owner, and the date of acquisition.

The following is a list of the lands owned by the State of Wyoming, as of January 1, 1900. The lands are listed by county, and the acreage of each tract is given. The lands are also listed by the name of the owner, and the date of acquisition.

The following is a list of the lands owned by the State of Wyoming, as of January 1, 1900. The lands are listed by county, and the acreage of each tract is given. The lands are also listed by the name of the owner, and the date of acquisition.

WYOMING STATE LANDS

The following is a list of the lands owned by the State of Wyoming, as of January 1, 1900. The lands are listed by county, and the acreage of each tract is given. The lands are also listed by the name of the owner, and the date of acquisition.

The following is a list of the lands owned by the State of Wyoming, as of January 1, 1900. The lands are listed by county, and the acreage of each tract is given. The lands are also listed by the name of the owner, and the date of acquisition.

The following is a list of the lands owned by the State of Wyoming, as of January 1, 1900. The lands are listed by county, and the acreage of each tract is given. The lands are also listed by the name of the owner, and the date of acquisition.



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO

Poder Executivo
Estado de Minas Gerais



3.2. O **PERMISSIONÁRIO** se compromete a:

- a) Vistoriar os bens ora cedidos, no prazo máximo de 30 dias após a assinatura do Contrato de Programa 223/2023, emitindo laudo de vistoria atestando seu bom estado de funcionamento.
- b) Manter os bens cedidos em perfeito estado de higiene, conservação e funcionamento, bem como, a utilizá-los de acordo com o estabelecido neste Instrumento e no Contrato de Programa 223/2023.
- c) Ficar responsável por todas e quaisquer despesas dos bens cedidos, quer decorrentes de assistência técnica preventiva e/ou corretiva de forma contínua, quer decorrentes da recuperação por danos, bem como pelo ressarcimento de qualquer prejuízo proveniente de uso inadequado.
- d) Não realizar quaisquer modificações ou alterações nos bens cedidos, sem a prévia e expressa anuência da **PERMITENTE**.
- e) Adquirir os insumos indispensáveis ao funcionamento e manutenção dos bens cedidos;
- f) Responsabilizar-se pelas despesas com impostos, taxas, multas e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir sobre os bens cedidos, devendo encaminhar os respectivos comprovantes de recolhimento à **PERMITENTE**.
- g) Informar imediatamente à **PERMITENTE** caso os bens objeto desta Permissão sofram qualquer turbacão ou esbulho por terceiros.
- h) Comunicar à **PERMITENTE**, no prazo máximo de 30 dias, todas as aquisições de bens móveis que forem realizadas posteriormente a assinatura deste Instrumento.
- i) Em caso de demanda judicial que verse sobre os bens cedidos, sendo o **PERMISSIONÁRIO** citado em nome próprio, deverá, no prazo legal, nomear a **PERMITENTE** à autoria.
- j) Apresentar Boletim de Ocorrência à **PERMITENTE**, devidamente registrado em unidade policial, caso ocorra furto ou roubo dos bens dados em permissão de uso.
- k) Em caso de avaria provocada por terceiros, culposa ou dolosamente, deverá comunicar, imediatamente, à **PERMITENTE**, com a descrição pormenorizada do fato e identificação do agente causador do dano. Para o caso de dano provocado intencionalmente, deverá ser registrado Boletim de Ocorrência pelo crime de dano contra o autor do fato delituoso.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E PUBLICAÇÃO

O presente Instrumento vigorará enquanto vigor o Contrato de Programa 223/2023.

4.1. A **PERMITENTE** fará publicação do extrato deste Instrumento, no site oficial do Município de São Gonçalo do Rio Abaixo, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data da sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

5.1. Este Instrumento poderá ser alterado, nos casos previstos no ordenamento jurídico vigente, inclusive para acréscimos ou supressões, por meio de termo aditivo, devidamente justificado, e em comum acordo entre as partes, anterior ao término da vigência do Contrato, devendo para tanto ser respeitado o interesse público, desde que satisfeitas as obrigações contratuais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS BENFEITORIAS E VISTORIA

6.1. As benfeitorias realizadas pelo **PERMISSIONÁRIO** serão incorporadas aos bens

18 de 24

1. OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo principal a caracterização dos materiais utilizados no desenvolvimento do projeto.

Os materiais utilizados foram selecionados com base em critérios de desempenho e custo, visando atender às exigências do projeto.

A escolha dos materiais foi baseada em estudos de mercado e em análises de custo-benefício, visando garantir a viabilidade econômica do projeto.

Os materiais selecionados foram submetidos a testes de caracterização para determinar suas propriedades físicas e químicas.

Os resultados dos testes foram analisados e comparados com os dados de referência para validar a escolha dos materiais.

Os resultados obtidos indicam que os materiais selecionados atendem às exigências do projeto, apresentando boas propriedades mecânicas e químicas.

Conclui-se que a escolha dos materiais foi adequada e que os materiais selecionados são adequados para o desenvolvimento do projeto.

Os resultados obtidos indicam que os materiais selecionados atendem às exigências do projeto, apresentando boas propriedades mecânicas e químicas.

Conclui-se que a escolha dos materiais foi adequada e que os materiais selecionados são adequados para o desenvolvimento do projeto.

Os resultados obtidos indicam que os materiais selecionados atendem às exigências do projeto, apresentando boas propriedades mecânicas e químicas.

Conclui-se que a escolha dos materiais foi adequada e que os materiais selecionados são adequados para o desenvolvimento do projeto.

Os resultados obtidos indicam que os materiais selecionados atendem às exigências do projeto, apresentando boas propriedades mecânicas e químicas.

Conclui-se que a escolha dos materiais foi adequada e que os materiais selecionados são adequados para o desenvolvimento do projeto.

Os resultados obtidos indicam que os materiais selecionados atendem às exigências do projeto, apresentando boas propriedades mecânicas e químicas.

Conclui-se que a escolha dos materiais foi adequada e que os materiais selecionados são adequados para o desenvolvimento do projeto.

Os resultados obtidos indicam que os materiais selecionados atendem às exigências do projeto, apresentando boas propriedades mecânicas e químicas.

Conclui-se que a escolha dos materiais foi adequada e que os materiais selecionados são adequados para o desenvolvimento do projeto.

Os resultados obtidos indicam que os materiais selecionados atendem às exigências do projeto, apresentando boas propriedades mecânicas e químicas.

Conclui-se que a escolha dos materiais foi adequada e que os materiais selecionados são adequados para o desenvolvimento do projeto.



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO

Poder Executivo
Estado de Minas Gerais



cedidos, sem que lhe assista o direito de indenização ou de retenção, salvo acordo formal em contrário.

6.2. A **PERMITENTE** deverá proceder vistoria nos bens cedidos, a fim de constatar o cumprimento, pelo **PERMISSIONÁRIO**, das obrigações assumidas neste Instrumento independentemente de aviso prévio, consulta ou notificação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO RESSARCIMENTO E DA PERMUTA

7.1. Ocorrendo avaria em qualquer dos bens cedidos e sendo desaconselhável economicamente o seu conserto, ou a hipótese de desaparecimento por furto, roubo ou extravio dos mesmos, o **PERMISSIONÁRIO** deverá:

- a) Ressarcir a **PERMITENTE** no valor de mercado dos bens, em 30 dias, contados da ocorrência do fato.
- b) Adquirir outro bem, de igual valor e forma, para substituir o bem avariado, furtado ou roubado.

7.2. Os bens móveis permitidos em uso poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor, que passam a integrar o patrimônio do Município de São Gonçalo do Rio Abaixo, após prévia avaliação e expressa autorização da **PERMITENTE**, desde que satisfeitas às obrigações contratuais.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESTITUIÇÃO E DA DEVOLUÇÃO

8.1. O **PERMISSIONÁRIO** se compromete a restituir a **PERMITENTE** todos os bens cedidos, no estado normal de uso, caso ocorra à rescisão ou a extinção deste Instrumento.

8.2. O **PERMISSIONÁRIO** poderá, a qualquer tempo e mediante justificativa, propor devolução de bens cujo uso lhe fora permitido, e que não mais sejam necessários ao cumprimento das metas avençadas.

CLÁUSULA NONA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DAS OMISSÕES

O presente Instrumento tem fundamento na **Lei Municipal**, regendo-se pelas disposições de Direito Civil, em especial as concernentes ao direito real de uso, aplicado supletivamente aos contratos administrativos, e, ainda, pelas cláusulas e condições estipuladas neste Termo e Contrato de Programa 223/2023.

9.1. Os casos omissos ou excepcionais, assim como as dúvidas surgidas ou cláusulas não previstas neste termo, em decorrência de sua execução, serão dirimidas mediante acordo entre as partes por meio da Secretaria Municipal de Saúde, bem como pelas regras e princípios do Direito Público e em última instância pela autoridade judiciária competente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. Os interessados poderão rescindir o presente contrato de comum acordo, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações no prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, necessitando, porém, de notificação prévia com antecedência mínima de 60 dias, retornando os bens ao status que ante.

10.2 Poderá ser rescindido unilateralmente, pelas partes, por descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições, mediante notificação prévia de 60 dias, ou pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO

Poder Executivo
Estado de Minas Gerais



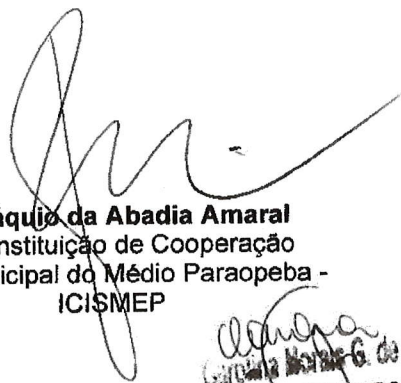
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 Os partícipes elegem o foro de Igarapé como competente para dirimir quaisquer divergências relacionadas ao presente **TERMO DE PERMISSÃO DE USO**, que não puderem ser resolvidas amigavelmente pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que surtam os efeitos legais, às quais, depois de lidas, serão assinadas pelas testemunhas in fine indicadas.

São Gonçalo do Rio Abaixo, 28 de julho de 2023.


Raimundo Renato de Barcelos
pelo Município de São Gonçalo
do Rio Abaixo


Eustáquio da Abadia Amaral
Pela Instituição de Cooperação
Intermunicipal do Médio Paraopeba -
ICISMEP


Carolina Maria G. de Almeida
OAB/MS 167.346

Testemunha 01

Nome: Juliana Freitas Nogueira Anacleto
Identidade: MG 11.532.975

Testemunha 02

Nome: Fernando Wilson O. Silva
Identidade: MG 19.313.505

Compagnie de Navigation
Société Anonyme

STATUTS DE LA SOCIÉTÉ

Art. 1. - La Société a pour objet l'exploitation de services de navigation à vapeur entre les ports de France et de l'étranger, ainsi que toutes opérations commerciales et financières s'y rattachant.

Art. 2. - Le capital de la Société est fixé à 100 millions de francs, divisés en 100,000 actions de 1,000 francs chacune.

Art. 3. - Les actions sont libérées au versement de 250 francs par action.

Compagnie de Navigation
Société Anonyme
Capital 100 millions de francs

Compagnie de Navigation
Société Anonyme
Capital 100 millions de francs

Art. 4. - Les actions sont négociables et transférées par endossement.

Art. 5. - Les dividendes sont payés annuellement le 15 mai.

Art. 6. - Les décisions sont prises par l'Assemblée Générale des Actionnaires, qui se réunit au moins une fois par an.

Art. 7. - Le Conseil d'Administration est composé de sept membres élus par l'Assemblée Générale.



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO

Poder Executivo
Estado de Minas Gerais



ANEXO III

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A ICISMEP, QUALIFICADA COMO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO DE SAÚDE, COM O OBJETIVO DE AUTORIZAR O USO DO IMÓVEL DENOMINADO CENTRO DE ATENÇÃO MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE – CAMPS DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO /MG.

Por este instrumento de contrato, o **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 24.380.651/0001-12, com sede na Henriqueta Rubim, nº 27 – Centro – na cidade de São Gonçalo do Rio Abaixo, neste ato representado por xxxx, Prefeito Municipal, portador CPF nº 143.121.906-15 e Renata Maria Guzzo Fonseca, Secretária Municipal de Saúde, portador do CPF nº 991.024.206-00, **PERMITENTE** e do outro lado o Consórcio Público **INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAÓPEBA – ICISMEP**, consórcio público de direito público, na forma de Associação Pública, de natureza autárquica interfederativa, inscrita no CNPJ sob o nº 05.802.877/0001-10, com sede na Rua Orquídeas, 489, Bairro Flor de Minas, São Joaquim de Bicas/MG, neste ato representada pelo seu Diretor Geral, Sr. Eustáquio da Abadia Amaral, inscrito no CPF sob o nº 055.506.886-20, doravante denominada **PERMISSIONÁRIO**, Considerando a legislação pertinente, e tendo em vista o disposto no Contrato de Programa 223/2023, firmado entre o Município de São Gonçalo do Rio Abaixo e a ICISMEP cujo objeto é o **GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS NO CENTRO DE ATENÇÃO MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE – CAMPS DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO /MG**, as partes **RESOLVEM** firmar o presente **TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL**, nos termos das normas disciplinares previstas no ordenamento jurídico vigente, mediante as cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a cessão e permissão de uso do imóvel próprio, especificamente o espaço destinado aos serviços do Centro de Atenção Multiprofissional em Saúde - CAMPS.

1.2. Este Termo de Permissão de Uso é parte integrante do Contrato de Programa 223/2023

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO E USO DO IMÓVEL

2.1. O **PERMISSIONÁRIO** se compromete a utilizar o imóvel exclusivamente para atender ao Sistema Único de Saúde - SUS.

2.2. O **PERMISSIONÁRIO** não poderá dar qualquer outra destinação ao imóvel, que não seja o funcionamento do Centro de Atenção Multiprofissional em Saúde, sob pena de responder administrativa, civil e penalmente, na forma da lei.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. A **PERMITENTE** se compromete a:

a) Por força do presente Instrumento, dar em cedência e permitir o uso, a título gratuito, o imóvel descrito na Cláusula Primeira deste Instrumento.

3.2. O **PERMISSIONÁRIO** se compromete a:

a) Vistoriar o imóvel, no prazo máximo de 30 dias após a assinatura do Contrato de Programa 223/2023, emitindo Termo de Vistoria atestando seu bom estado de conservação.

b) Conservar e zelar pelo perfeito estado do imóvel objeto deste Termo, utilizando-o como se lhe pertencesse, conservando-o e fazendo com que seu uso e gozo sejam pacíficos e harmônicos,

MEMBERSHIP

THE NATIONAL ACADEMY OF SCIENCES

The National Academy of Sciences is a non-profit organization that promotes the advancement of science in the United States. It is composed of members who are elected by their peers for their distinguished contributions to the field of science. The Academy's primary purpose is to advise the federal government on scientific matters and to foster the development of science in the United States.

The Academy's membership is divided into two categories: regular members and foreign members. Regular members are elected by the Academy for their distinguished contributions to the field of science. Foreign members are elected by the Academy for their distinguished contributions to the field of science in their respective countries. The Academy's membership is also divided into two classes: members-at-large and members-elect. Members-at-large are elected by the Academy for their distinguished contributions to the field of science. Members-elect are elected by the Academy for their distinguished contributions to the field of science and are eligible for election to the Academy in the following year.

MEMBERSHIP LIST

The following is a list of the members of the National Academy of Sciences for the year 1960. The list is arranged alphabetically by last name.

1. ALBERT A. BLATT

2. ALBERT A. BLATT

3. ALBERT A. BLATT

4. ALBERT A. BLATT

5. ALBERT A. BLATT

6. ALBERT A. BLATT

7. ALBERT A. BLATT

8. ALBERT A. BLATT

9. ALBERT A. BLATT

10. ALBERT A. BLATT

11. ALBERT A. BLATT

12. ALBERT A. BLATT



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO
Poder Executivo
Estado de Minas Gerais



principalmente com vizinhos, e utilizá-lo de acordo com o estabelecido na Cláusula Segunda.

c) No caso de rescisão ou extinção do Contrato de Programa 223/2023, restituir o imóvel cedido nas mesmas condições em que o recebeu, respeitada sua depreciação natural e o Termo de Vistoria.

d) Não emprestar, ceder, locar ou de qualquer outra forma repassar a terceiros o imóvel objeto deste Termo, no todo ou em parte, sem o prévio e expresso consentimento da **PERMITENTE**.

e) Declarar-se ciente de que este Termo se tornará nulo, independentemente de ato especial, sem que lhe seja devida qualquer indenização, caso haja necessidade e comprovado interesse público, de dar destinação diversa, da prevista neste Instrumento, ao imóvel ora cedido.

f) É facultado a **PERMISSIONÁRIA** executar obras complementares no imóvel, ficando condicionada a apresentação de projeto para prévia análise e aprovação da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA, ALTERAÇÃO E PUBLICAÇÃO

4.1. O presente Instrumento vigorará enquanto vigor o Contrato de Programa 223/2023.

4.2. Este Instrumento poderá ser alterado, nos casos previstos no ordenamento jurídico vigente, por meio de termo aditivo, desde que devidamente justificado, e anterior ao término da vigência, devendo para tanto ser respeitados o interesse público e o objeto desta Permissão.

4.3. A **PERMITENTE** fará publicação do extrato deste Instrumento, no site oficial do Município de São Gonçalo do Rio Abaixo no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data da sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DAS BENFEITORIAS E VISTORIA

5.1. As benfeitorias realizadas pelo **PERMISSIONÁRIO** serão incorporadas ao imóvel, sem que lhe assista o direito de indenização ou de retenção, salvo acordo formal em contrário.

5.2. A **PERMITENTE** deverá proceder à vistoria no imóvel cedido, a fim de constatar o cumprimento, pelo **PERMISSIONÁRIO**, das obrigações assumidas neste Instrumento independentemente de aviso prévio, consulta ou notificação.

CLÁUSULA SEXTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DAS OMISSÕES

6.1. O presente Instrumento tem fundamento na Lei 11.107/2005, regendo-se pelas disposições de Direito Civil, em especial as concernentes ao direito real de uso, aplicado supletivamente as normas que regem os contratos administrativos e, ainda, pelas cláusulas e condições estipuladas neste Termo e no Contrato de Programa 223/2023.

6.2. O presente Termo, em decorrência de sua execução, serão dirimidas mediante acordo entre as partes por meio da Secretaria Municipal de Saúde, bem como pelas regras e princípios do Direito Público e em última instância pela autoridade judiciária competente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1. Os interessados poderão rescindir de comum acordo, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações no prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, necessitando, porém, de notificação prévia com antecedência mínima de 60 dias, retornando o bem ao status quo ante.

7.2. Poderá ser rescindido unilateralmente pelas partes, por descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições, mediante notificação prévia de 60 dias, ou pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

8.1. Os partícipes elegem o foro de Igarapé, como competente para dirimir quaisquer divergências relacionadas ao presente **TERMO DE PERMISSÃO DE USO**, que não puderem ser resolvidas

[Assinatura] 22 de 24 *M*

MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM DO RIO ABAIXO

Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano



1. O presente projeto tem por objetivo a elaboração de um plano diretor para o Município de São Joaquim do Rio Abaixo, visando a ordenação do crescimento urbano e a melhoria da qualidade de vida da população.

2. O plano diretor será elaborado em conformidade com a Lei Federal nº 10.257/2001, que estabelece as diretrizes e bases da política urbana.

3. O plano diretor será elaborado em conformidade com o Plano Diretor Municipal de São Joaquim do Rio Abaixo, aprovado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

4. O plano diretor será elaborado em conformidade com o Plano Diretor Municipal de São Joaquim do Rio Abaixo, aprovado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

5. O plano diretor será elaborado em conformidade com o Plano Diretor Municipal de São Joaquim do Rio Abaixo, aprovado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

ALTERNATIVAS DE ADEQUAÇÃO

1. A primeira alternativa consiste na elaboração de um plano diretor que vise a ordenação do crescimento urbano e a melhoria da qualidade de vida da população.

2. A segunda alternativa consiste na elaboração de um plano diretor que vise a ordenação do crescimento urbano e a melhoria da qualidade de vida da população.

3. A terceira alternativa consiste na elaboração de um plano diretor que vise a ordenação do crescimento urbano e a melhoria da qualidade de vida da população.

4. A quarta alternativa consiste na elaboração de um plano diretor que vise a ordenação do crescimento urbano e a melhoria da qualidade de vida da população.

5. A quinta alternativa consiste na elaboração de um plano diretor que vise a ordenação do crescimento urbano e a melhoria da qualidade de vida da população.

CONCLUSÃO

1. O plano diretor é um instrumento fundamental para a ordenação do crescimento urbano e a melhoria da qualidade de vida da população.

2. O plano diretor deve ser elaborado em conformidade com a Lei Federal nº 10.257/2001, que estabelece as diretrizes e bases da política urbana.

3. O plano diretor deve ser elaborado em conformidade com o Plano Diretor Municipal de São Joaquim do Rio Abaixo, aprovado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

4. O plano diretor deve ser elaborado em conformidade com o Plano Diretor Municipal de São Joaquim do Rio Abaixo, aprovado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

5. O plano diretor deve ser elaborado em conformidade com o Plano Diretor Municipal de São Joaquim do Rio Abaixo, aprovado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

RECOMENDAÇÕES

1. Recomenda-se a elaboração de um plano diretor que vise a ordenação do crescimento urbano e a melhoria da qualidade de vida da população.

2. Recomenda-se a elaboração de um plano diretor que vise a ordenação do crescimento urbano e a melhoria da qualidade de vida da população.

3. Recomenda-se a elaboração de um plano diretor que vise a ordenação do crescimento urbano e a melhoria da qualidade de vida da população.

4. Recomenda-se a elaboração de um plano diretor que vise a ordenação do crescimento urbano e a melhoria da qualidade de vida da população.

5. Recomenda-se a elaboração de um plano diretor que vise a ordenação do crescimento urbano e a melhoria da qualidade de vida da população.

ANEXOS

1. Anexo I: Plano Diretor Municipal de São Joaquim do Rio Abaixo, aprovado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

2. Anexo II: Plano Diretor Municipal de São Joaquim do Rio Abaixo, aprovado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

3. Anexo III: Plano Diretor Municipal de São Joaquim do Rio Abaixo, aprovado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

4. Anexo IV: Plano Diretor Municipal de São Joaquim do Rio Abaixo, aprovado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

5. Anexo V: Plano Diretor Municipal de São Joaquim do Rio Abaixo, aprovado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. O plano diretor é um instrumento fundamental para a ordenação do crescimento urbano e a melhoria da qualidade de vida da população.

2. O plano diretor deve ser elaborado em conformidade com a Lei Federal nº 10.257/2001, que estabelece as diretrizes e bases da política urbana.

3. O plano diretor deve ser elaborado em conformidade com o Plano Diretor Municipal de São Joaquim do Rio Abaixo, aprovado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

4. O plano diretor deve ser elaborado em conformidade com o Plano Diretor Municipal de São Joaquim do Rio Abaixo, aprovado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

5. O plano diretor deve ser elaborado em conformidade com o Plano Diretor Municipal de São Joaquim do Rio Abaixo, aprovado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO

Poder Executivo
Estado de Minas Gerais



amigavelmente pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam os efeitos legais, às quais, depois de lidas, serão assinadas pelas testemunhas in fine indicadas.

São Gonçalo do Rio Abaixo, 28 de julho de 2023.

Raimundo Nonato de Barcelos
pelo Município de São Gonçalo do
Rio Abaixo

Eustáquio da Abadia Amaral
Pela Instituição de Cooperação
Intermunicipal do Médio Paraopeba -
ICISMEP

Carolina Moraes G. de Almeida
OAB/SP 167 348

Testemunha 01

Nome: Linam Freitas Nogueira Martins

Identidade: MG 11.732.915

Testemunha 02

Nome: Fernanda Wilson Silva

Identidade: MG 193 13505

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

OFFICE OF THE DEAN
540 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

Dear Mr. [Name]:
I am pleased to inform you that your application for admission to the University of Chicago has been accepted. You will be joining a distinguished group of students who are pursuing their studies at this institution.

Very truly yours,
[Signature]

Enclosed for you are the following items:
1. A copy of the University of Chicago Catalog
2. A copy of the University of Chicago Bulletin
3. A copy of the University of Chicago Admission Requirements

I am sure that you will find these materials helpful in your preparation for admission to the University of Chicago.

Very truly yours,
[Signature]
Dean of the University of Chicago



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO
Poder Executivo
Estado de Minas Gerais



ANEXO IV
PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTO MENSAL

ESTIMATIVA MENSAL DE CUSTOS				
ESTIMATIVA DE RECURSOS HUMANOS				
DESCRIÇÃO	CARGA HORÁRIA	QUANT.	SALÁRIO	VALOR MENSAL
COORDENADOR GERAL	40H/SEM	1	R\$ 7.580,00	R\$ 12.553,27
EDUCADOR FÍSICO	35H/SEM	2	R\$ 6.837,85	R\$ 22.878,34
FISIOTERAPEUTA	30H/SEM	3	R\$ 6.837,95	R\$ 34.254,35
FONOAUDIOLOGO	35H/SEM	1	R\$ 6.837,85	R\$ 11.439,17
NUTRICIONISTA	35H/SEM	1	R\$ 6.837,85	R\$ 11.439,17
PSICOLOGO	35H/SEM	1	R\$ 6.837,85	R\$ 11.439,17
RECEPCIONISTA	40H/SEM	1	R\$ 2.353,65	R\$ 4.864,64
SUPERVISOR	40H/SEM	1	R\$ 3.500,00	R\$ 6.513,11
TERAPEUTA OCUPACIONAL	30H/SEM	2	R\$ 6.837,85	R\$ 22.878,34
SUB TOTAL DE RECURSOS HUMANOS				R\$ 138.259,56

ESTIMATIVA MENSAL DOS DEMAIS SERVIÇOS		
DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR TOTAL ESTIMADO
ESTIMATIVA MENSAL DE MATERIAIS PARA LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE PISCINA	1	R\$ 720,00
ESTIMATIVA DE MANUTENÇÃO PREDIAL	1	R\$ 545,00
LOCAÇÃO DE IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL – MONOCROMÁTICA (500 CÓPIAS MENSAL)	1	R\$ 241,97
ESTIMATIVA DE SISTEMA INFORMATIZADO EM NUVEM PARA GERENCIAMENTO, CONTROLE E FATURAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE.	1	R\$ 6.557,89
DESPESA ADMINISTRATIVA MENSAL DO PROJETO	1	R\$ 11.946,75
SUBTOTAL		R\$ 20.011,61

DESPESA VARIÁVEL			
DESCRIÇÃO	QUANT.	PARCELAS	VALOR MENSAL ESTIMADO
ESTIMATIVA DE REFORMA E ADEQUAÇÕES FÍSICAS, INCLUINDO A MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E EPI'S. PRAZO DE EXECUÇÃO DE 60 A 90 DIAS.	1	2	R\$ 103.260,24
ESTIMATIVA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO.	1	2	R\$ 14.051,61
ESTIMATIVA PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (COMPUTADORES, NOTEBOOK E TELEVISOR).	1	2	R\$ 15.177,51
ESTIMATIVA DE MATERIAIS E DESPESAS DESTINADOS A AÇÕES DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE.	1	2	R\$ 4.999,99
SUB TOTAL			R\$ 137.489,35
VALOR TOTAL PARA OS PRIMEIROS DOIS MESES			R\$ 295.760,52
VALOR TOTAL PARA OS DEMAIS MESES			R\$ 158.271,17



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Dispensa de Licitação para contratação do Consórcio Público Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba - ICISMEP, para celebração de contrato de programa visando a prestação de serviço de gerenciamento compartilhado, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvidas na Unidade de Pronto Atendimento – UPA Dr. Luiz de Souza Dias, no município de Conselheiro Lafaiete.

2. JUSTIFICATIVA DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

O processo de saúde teve inúmeros momentos significativos na história, dentre os quais cita-se: “Reforma Sanitária”, “VIII Conferência Nacional de Saúde”, Consolidação do “Artigo 196 da Constituição de 1988”, “Implementação do Sistema Único de Saúde” (SUS). Tais medidas visavam melhorar as condições de saúde da população e efetuar um processo de descentralização sendo amparado pelas leis: “Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990” e “Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990”, que consistem em uma normatização complementar a proposta constitucional.

Como justificativa a prestação de serviço pretendida compreende o gerenciamento compartilhado, operacionalização e execução das ações e serviços desenvolvidos na Unidade de Pronto Atendimento UPA 24h, do município de Conselheiro Lafaiete/MG e deve-se considerar:

- Os princípios da universalidade, integralidade, igualdade e equidade, premissas nacionais de assistência dentro do SUS;
- As premissas estaduais e nacionais de políticas de atenção à saúde;

A prestação de serviço será realizada pelo Consórcio Público Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba – ICISMEP, por meio de Contrato de Programa, conforme fundamentação constante do Estudo Técnico Preliminar – ETP e proposta anexada aos autos.

O serviço será executado em unidade própria do município, cedida para a prestação do serviço proposto na forma de gestão associada com o município de Conselheiro Lafaiete, na modalidade de Contrato de Programa, com atendimento de média complexidade, na atenção secundária da Rede de Atenção à Saúde, em conformidade com as normativas do Ministério da Saúde - MS, da Secretaria de Estado da Saúde – SES e Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete, obedecendo as disposições do Sistema único de Saúde – SUS.

Para a execução e operacionalização dos serviços da UPA 24h de Conselheiro Lafaiete, está previsto equipe médica, equipe de enfermagem, equipe multiprofissional, equipe administrativa, serviço de segurança não armada, serviço de laboratório, serviço de raio x, serviço de manutenção de equipamentos e manutenção predial, serviço de limpeza e higienização, além do fornecimento de todos os insumos em geral, material médico hospitalar, medicamentos, limpeza e demais serviços necessários para garantir a prestação de serviço de forma adequada e satisfatória.

A equipe deverá ser responsável pelo usuário a partir de sua chegada, devendo proporcionar um atendimento acolhedor e respeitoso, como modelo de atenção que contemple um conjunto de dispositivos de cuidados que garanta a segurança do paciente.

Serão realizados atendimentos de urgência e emergência compreendidos em acolhimento, classificação de risco, procedimentos médicos e de enfermagem: investigação diagnóstica, tratamento e processos assistenciais de enfermagem e ainda serviço de apoio e diagnóstico, bem como os insumos necessários para a prestação dos serviços.

Os benefícios pertinentes a este modelo de serviço referem-se à melhoria na oferta dos serviços aos usuários, resolução dos problemas enfrentados pelo município no âmbito do gerenciamento de estabelecimentos de saúde e à integralidade do funcionamento destes sem interrupções motivadas por falta de profissionais especializados, pois a Contratada ficará integralmente responsável pela operacionalização do serviço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

A necessidade de reorganização do sistema municipal de saúde, com foco na atenção secundária e garantia no desenvolvimento da rede de referência e contra referência, visa fortalecer e concretizar a política de atenção secundária em ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades a atenção secundária é uma das portas de entrada do SUS e do centro de comunicação com toda a Rede de Atenção a Saúde do SUS, devendo se orientar pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, da continuidade, do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização e da equidade.

Enfim, o município de Conselheiro Lafaiete/MG tem o propósito de buscar o fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde - RAS em parceria com o Consórcio ICISMEP, com foco no gerenciamento do serviço de saúde na Atenção Secundária, alinhados com a realidade do município, afim de proporcionar aos profissionais procedimentos mais afinados de intervenção e de abordagens terapêuticas, facilitando uma escuta qualificada que permita uma melhor compreensão dos problemas, além de possibilitar a discussão intersetorial e interdisciplinar de forma a promover subsídios para a construção de uma assistência mais completa e de melhor qualidade, seguindo as diretrizes da Política Nacional de Atenção Secundária.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Contratação fundamentada nos pressupostos do art. 75, inciso IX, da Lei 14.133/2021, Lei Federal 11.107, de 06 de abril de 2005 e seu decreto regulamentador nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, na Lei Municipal nº 6.327, de 19 de junho de 2024, e Lei Municipal nº 6.395, de 09 de dezembro de 2024.

4. DO PAGAMENTO

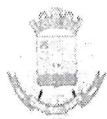
O pagamento referente a contratação se dividirá em dois formatos, compostos por um valor fixo mensal correspondente a 2/3 do valor mensal estimado e por um valor variável mensal correspondente a 1/3 do valor mensal, excetuando o valor dos serviços médicos e exames laboratoriais, que também serão faturados como parcela variável, de acordo com a apuração da produção.

A partir do primeiro mês de contrato, até o dia 30 (trinta) de cada mês, deverá ser quitado 2/3 (dois terços) do valor que corresponde à parte fixa de forma integral, mediante crédito bancário, em moeda corrente, em conta corrente mantida junto ao banco indicado pelo CONSÓRCIO, valendo o respectivo aviso de crédito emitido pelo banco pagador como recibo;

No tocante à parte variável, esta será quitada em 03 (três) parcelas, devendo a primeira, referente aos serviços médicos, ser paga até o dia 10 (dez) mês subsequente, de acordo com o número de plantões médicos realizados no mês anterior. A segunda correspondente ao 1/3 (um terço) do valor estimado mensal, excetuando os serviços médicos, que deverá ocorrer até o dia 20 (vinte) do mês subsequente. Já a terceira correspondente ao serviço de laboratório, que deverá ser paga 50% (cinquenta por cento) do valor estimado mensal junto a parcela fixa, e os outros 50%, deverá ser quitada até o dia 15 (quinze) do mês subsequente de acordo com a apuração da produção mensal; O valor da primeira parcela variável, afetos à prestação de serviços médicos, será apurado de acordo com o relatório de plantões médicos realizados no mês anterior, e atestado pelo município, devendo todos os relatórios de execução dos serviços estar anexados aos documentos de cobranças/notas fiscais emitidas pelo CONSÓRCIO;

O valor da segunda parcela variável, 1/3 (um terço) do valor estimado mensal, estará condicionada a cumprimento de metas em indicadores estabelecidos, passível de eventuais glosas apuradas no mês de referência, pela Comissão de Avaliação através do Relatório Assitencial com a demonstração de execução mensal;

O valor da terceira parcela variável, referente à produção laboratorial, será apurado através de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



relatório de produção mensal, atestado pelo município, devendo todos os relatórios de execução estar anexados aos documentos de cobranças/notas fiscais emitidas pelo CONSÓRCIO;

As Metas e os Indicadores poderão ser revistos a qualquer tempo, de comum acordo entre as partes, quando o interesse público e o equilíbrio contratual o exigir, ou havendo Portarias normatizadoras definindo novas metas e/ou indicadores;

O desconto previsto no item 4 será aplicado à partir do 3º mês do início do Contrato, em função da necessidade de assegurar ao CONSÓRCIO o período necessário para iniciar a prestação de serviços, bem como adequar as operações da entidade aos seus parâmetros funcionais, visando a sustentabilidade do serviço, bem como a continuidade da prestação de serviços pela contratada;

§ 1º. O CONSORCIADO deverá efetuar o pagamento da Nota Fiscal em até 10 (dez) dias úteis, caso não haja inconsistências, respeitado o mesmo período de pagamento no caso de ocorrerem correções nesta;

§ 2º - Ficará a cargo do CONSORCIADO o pagamento referente a vencimentos e encargos sociais dos servidores efetivos cedidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete;

§ 3º – O valor mensal para o gerenciamento compartilhado, objeto desse Contrato, bem como seus detalhamentos e divisões por serviços, constará na TABELA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E DE GERENCIAMENTO DE UNIDADES OU SERVIÇOS DE SAÚDE, e referente às UNIDADES E SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE;

§ 4º – Do valor mensal indicado neste instrumento, destaca que o percentual de 5% do total referente à cobertura tributária (PASEP 1%) e aos custos operacionais afetos à gestão do CONSÓRCIO;

§ 5º – Os valores afetos à prestação de serviços médicos plantonistas, exames laboratoriais serão pagos mediante a apresentação de relatórios comprobatório de plantões realizados e de relatório de produção de exames laboratoriais, atestados pelo município;

§ 6º – Os valores afetos a saldos e parcelas únicas serão faturados junto da parcela variável do mês de comprovação de aquisição dos itens.

A liberação de parcelas de repasse nas datas avençadas no presente contrato é a condição essencial para assegurar ao CONSÓRCIO as condições necessárias para a prestação do serviço assistencial de saúde aos usuários, atendendo às condições mínimas constantes no Quadro de Indicadores de Desempenho.

5. PRAZO DE VIGÊNCIA

A vigência contratual será de 12 (doze) meses, renováveis conforme prazo previsto em legislação, contados a partir da data da sua assinatura.

6. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta aquisição correrão pela dotação orçamentária:

-26.001.10.302.8.2038.3.3.93.39.00.00.00 - Ficha: 836 - Fonte: 1.500.000.1002

-26.001.10.302.8.2040.3.3.93.39.00.00.00 - Ficha: 828 - Fonte: 2.621.000.0000

7. DA FISCALIZAÇÃO

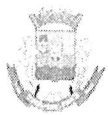
O CONSORCIADO instituirá mecanismos de acompanhamento e fiscalização do cumprimento das metas e indicadores do Contrato de Programa, envolvendo as áreas correlacionadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato.

Gestor do Contrato: **Lysiane de Andrade Neto Amorim**

Fiscal: **Marcelo Barbosa**

§ 1º – A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização responsável pelo cumprimento das metas e indicadores do contrato de programa será apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo composta por:

I – 03 (três) membros indicados pela Secretaria Municipal da Saúde, sendo no mínimo um integrante profissional de saúde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

§ 2º – A Secretaria Municipal de Saúde ou quem esta determinar, deverá analisar o processo com a respectiva documentação comprobatória apresentada pela Contratada e emitir Relatório de Conclusão, informando o alcance das metas contratualizadas dentro do mês de referência em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento, relativos a:

- Grau de atingimento das metas acordadas;
- Padrão de qualidade na execução dos serviços;
- Satisfação do usuário e outros aspectos que entender necessários.

§ 3º – A execução do presente instrumento será acompanhada pelo gestor e fiscal acima especificados, por meio dos dispostos nesse termo, seus anexos e instrumentos definidos pelo CONSORCIADO.

§ 4º – A análise da documentação comprobatória do cumprimento das metas dos indicadores contratualizados e a emissão de relatório de Conclusão após o envio da demonstração de execução ao CONSORCIADO pelo CONSÓRCIO será realizada pela Comissão instituída pela Secretaria Municipal de Saúde.

§ 5º – O relatório conclusivo deverá ser objeto de criteriosa análise pela Secretaria Municipal de Saúde, que determinará, ao CONSÓRCIO, as correções, que eventualmente se fizerem necessárias para garantir a plena eficácia do CONTRATO DE PROGRAMA.

§ 6º - O CONSÓRCIO após receber o relatório técnico, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar justificativas, que serão analisadas pela comissão de acompanhamento e fiscalização no prazo de 5 (cinco) dias, emitindo-se o relatório conclusivo que será encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde.

§ 7º – Após ciência e aprovação do Parecer Final pela Secretaria Municipal de Saúde, o mesmo deverá ser encaminhado ao Controle Interno da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete para as providências cabíveis, ficando toda documentação disponível a qualquer tempo sempre que requisitada.

§ 8º - A Secretaria Municipal de Saúde disponibilizará o relatório conclusivo no Portal da Prefeitura do Município de Conselheiro Lafaiete na internet.

§ 9º – A Secretaria Municipal de Saúde ou quem esta determinar, ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade na utilização de recursos ou bens de origem pública, dará ciência ao Prefeito e ao Ministério Público, para as providências cabíveis, sob pena de responsabilidade solidária.

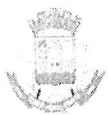
8. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor total estimado do contrato é de **R\$ 23.348.865,72** (vinte e três milhões e trezentos e quarenta e oito mil e oitocentos e sessenta e cinco reais e setenta e dois centavos) previstos inicialmente para a sua vigência. Com estimativa mensal de **R\$ 1.927.013,81** (um milhão e novecentos e vinte e sete mil e treze reais e oitenta e um centavos) sendo previstos uma parcela única no valor de **R\$ 224.700,00** (duzentos e vinte e quatro mil e setecentos reais) referente à identificação visual, sistemas de segurança, aquisição de camas hospitalares e aquisição de itens permanentes.

9. DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

O município de Conselheiro Lafaiete, através da Lei Municipal nº 6.327, de 19 de junho de 2024, que disciplinou sua participação no Consórcio Público Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba – ICISMEP, buscou seu ingresso e participação no consórcio visando a realização de objetivos de interesse comum, conforme prevê a Lei Federal nº 11.107/05 e seu Decreto Regulamentador nº 6.017/07.

A Lei Municipal nº 6.395, de 09 de dezembro de 2024, que autoriza o Município de Conselheiro Lafaiete a realizar a contratação dos serviços do Consórcio Público Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba — ICISMEP.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Trata-se de contratação de gerenciamento compartilhado, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvidos na Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24hs no município de Conselheiro Lafaiete/MG, onde haverá a transferência de serviços públicos e o objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia, qualidade e resultados esperados estabelecidos.

No caso, a justificativa preambular apresenta efetivamente de gestão associada da prestação de serviços públicos ou da transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos, comportado na formalização de contrato de programa.

No que tange a vantajosidade da contratação há declaração enquanto agente público que se vislumbra vantagens no processo apresentado em detrimento ao modelo executado atualmente, estando expressamente garantido que a gestão associada através do contrato de programa será melhor para as atividades da Secretaria Municipal de Saúde na operacionalização dos serviços da UPA 24hs e que atenderá ao interesse público.

Surge a Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba - ICISMEP, Consórcio Público, de Direito Público, nos termos da Lei nº 11.107/05 e de seu Decreto Regulamentador nº 6.017/07, constituída por meio do Protocolo de Intenções subscrito pelos municípios que desejaram se consorciar e consolidar o federalismo cooperativo estatuído no parágrafo único, do art. 23, de nossa Constituição, a qual o ingresso e participação do município de Conselheiro Lafaiete foi autorizado através da Lei nº 6.327/24.

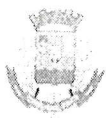
Com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, o ICISMEP se revela em um importante instrumento no desenvolvimento de formas articuladas de gestão, planejamento e execução de ações e serviços públicos, tendo surgido nos municípios consorciados a necessidade de oferecer à população acesso ao atendimento em saúde de média complexidade, com qualidade e eficiência, utilizando das soluções do consórcio para esse fim. Assim, a alternativa foi somar esforços na busca de alternativas para os problemas comuns, assumindo o Consórcio um papel relevante às ações dos municípios, além de se constituir como um fórum de discussão da saúde regional.

No arcabouço assistencial, a Instituição tem como finalidade o atendimento em grande escala, abrangendo usuários do SUS de seus municípios associados, realizando procedimentos que variam entre consultas exames e cirurgias, as quais demandam a utilização de medicamentos e equipamentos, sendo estes necessários para realização dos atendimentos em suas Unidades.

Nesse contexto, a união dos municípios em uma Instituição, resultou em melhoria da prestação de serviço e uma mudança na percepção do usuário em relação à saúde pública, pois é sabido que os CIS (Consórcios Públicos) atuam nos ditos “vazios assistenciais” e no caso específico da Instituição objeto desta contratação, em prestação de serviços de saúde com qualidade e eficiência para a população que necessita de serviços de saúde.

A considerar a singularidade da contratação pretendida, toda a modelagem da proposta apresentada foi construída em quatro mãos com a equipe de gestão da Secretaria de Saúde e desenhada para atender exclusivamente a UPA de Conselheiro Lafaiete. Todo o detalhamento da necessidade de contratação de recursos humanos foi construído considerando a necessidade real das equipes por categoria profissional, com remuneração mensal compatível com os valores pagos pelo município na atualidade, inclusive a contratação e valores previstos para a remuneração da equipe médica.

Importante salientar que a contratação pretendida prevê ampla prestação de serviços englobando: serviços de segurança não armada, serviço de laboratório, serviço de raio x, serviço de manutenção de equipamentos e manutenção predial, serviço de limpeza e higienização, além do fornecimento de todos os insumos em geral, material médico hospitalar, medicamentos, limpeza e demais serviços necessários para garantir toda a prestação de serviços na UPA 24hs de forma adequada e satisfatória.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

A análise e escolha da contratação através do Consórcio Icismep foi estendida quando verificamos a capacidade técnica do consórcio em contratações similares com outros municípios consorciados, além da expertise do consórcio na gestão de escalas médicas e contratações similares junto ao Governo de Minas Gerais, através da SES/MG – FHEMIG, onde o consórcio tornou-se o gestor de escalas médicas e maior provedor de médicos para os hospitais da rede FHEMIG: Pronto Socorro João XXIII, Hospital Infantil João Paulo II, Hospital Julia Kubitschek, Hospital Alberto Cavalcanti, Maternidade Odete Valadares, Complexo Hospitalar Fhemig Juís de Fora e Complexo Hospitalar Fhemig Barbacena.

Quanto a vantajosidade na precificação apresentada buscamos as contratações similares do Consórcio Icismep, oportunidade em que anexamos cópias de algumas dessas contratações. Nesse contexto, fica evidenciada a capacidade da Instituição quanto a vantajosidade nas suas contratações e aquisições em dimensões de escala já que falamos de Consórcio Público, constituído por 87 municípios, abrangendo população estimada de mais de 4 (quatro) milhões de pessoas.

Conforme observado na proposta apresentada pelo Consórcio Icismep, verificou-se modelagem de serviço que supera as expectativas da equipe de gestão municipal com a possibilidade de ter qualificada e ampliada a capacidade de gestão e operacionalização dos serviços da UPA 24hs, onde poderá ser observada:

Metodologia de Funcionamento e Operacionalização

Da Gestão de Pessoas

Caracterizada pela participação, capacitação, envolvimento, e desenvolvimento do bem mais precioso de uma organização que é capital humano, e a valorização. Essa valorização das pessoas e do seu profissionalismo constitui benefício para o processo produtivo, gerando grande diferencial para instituição. O modelo de gestão de pessoas a ser aplicado gera influência diretamente nos resultados a serem obtidos, em relação à missão institucional e ao pleno atendimento das necessidades do usuário.

Para obter-se estes resultados, deve-se trabalhar na formação do profissional com foco no comportamento através de premissas:

- Reconhecimento do potencial humano como o recurso estratégico mais importante para o desenvolvimento do sucesso institucional.
- Envolvimento e comprometimento de todos os funcionários e terceiros que atuam no processo de trabalho.

Para que essas premissas ocorram a Instituição deverá trabalhar com desenvolvimento das pessoas, trabalho em equipe e com gestão participativa respaldadas no seguinte princípio:

Trabalho em Equipe

- Aprimorar continuamente a qualidade e redução de custos dos processos;
- Incentivar a criatividade, flexibilidade e eficiência;
- Gestão Participativa;
- Facilitar a interação;
- Trabalhar com a autonomia das pessoas suas atividades e cooperação nas decisões com seus gestores;
- Promover aprendizagem, conhecimento e participação nas decisões e resultados de acordo com o grau de autonomia e responsabilidade.

Desenvolvimento de Pessoas

- Desenvolvimento responsável e ético de suas atividades;
- Capacidade de atuação baseada nos princípios da gestão empreendedora;
- Capacidade de realizações de tarefas que incorporem inovações tecnológicas;
- Capacidade de trabalhar em Rede e em equipe;
- Ser proativo;
- Conhecer a missão, visão e objetivos da Política Pública de Saúde e da Instituição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Gestão Administrativa da Unidade

- Visão Sistemática;
- Trabalho em equipe;
- Relacionamento interpessoal;
- Planejamento;
- Capacidade empreendedora;
- Capacidade de adaptação e flexibilidade;
- Criatividade e comunicação;
- Liderança;
- Iniciativa e dinamismo.

Captação de Profissionais

- Utilizar uma estratégia contínua de captação de profissionais, através de processos seletivos periódicos ou constantes, com o objetivo de formação de cadastro de reserva sempre quando necessário sempre respeitando as características locais.
- Dispor de profissionais especializados em seu Núcleo de Recursos Humanos, que atuam como headhunters, a fim de manter sempre atualizado seu cadastro de reserva de profissionais afim de utilizá-lo sempre quando se fizer necessário.

Aferição de Carga Horária

- A aferição de carga horária se dará exclusivamente através de sistema de registro de ponto e/ou biometria, exceto quando houver inoperancia temporaria do sistema será admitido registro da folha de ponto.

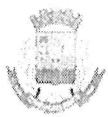
Da Gestão Administrativa

- Profissional habilitado ou com capacitação compatível;
- Organograma formalizado, atualizado e disponível;
- Cobertura administrativa durante todo o período de funcionamento do serviço;
- Reuniões de diretorias/gestores com periodicidade definido e registro em Atas;
- Auditoria Interna para avaliação da qualidade dos serviços prestados;
- Gerenciamento de contratos e avaliação desempenho dos serviços terceirizados da Contratada;
- Plano de contingência institucional em caso de necessidade (documento desenvolvido com o intuito de treinar, organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações de controle e combate as ocorrências anormais);
- Sistema informatizado de gestão utilizado pelo município;
- Gerenciamento de indicadores para alcance das metas pactuadas;
- Escala formalizada, atualizada e disponível;
- Protocolos médicos descritos e gerenciados;
- Procedimentos descritos em sua totalidade;
- Fluxo formalizado, compartilhado, disponível em local de fácil acesso;
- Estatísticas básicas/ gestão a vista e de apoio à gestão;
- Identificação completa dos profissionais em registros, processos;
- Gerenciamento dos indicadores;
- Responsável Técnico.

Da Gestão da Qualidade

- Registro no conselho atualizado;
- Descrição do cargo, atribuições e perfil;
- Avaliação de desempenho trimestral;
- Estatísticas básicas: turnover, absenteísmo.

Dentre os benefícios típicos de um sistema eficaz de gestão da qualidade, estão:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- aumento da satisfação e lealdade dos pacientes, pois há o compromisso de que todos os seus requisitos serão atendidos;
- custos operacionais reduzidos pela redução dos custos com o retrabalho e com a aplicação mais eficiente dos recursos, como resultado da preferência pela prevenção em relação à correção;
- confiabilidade aumentada em função da melhoria do desempenho organizacional;
- transferência otimizada de boas práticas no âmbito interno, melhorando os processos de trabalho;
- melhoria da motivação e do clima organizacional, por meio do trabalho mais eficiente, focado, planejado e com a garantia de que os recursos serão disponibilizados adequadamente para não comprometer a qualidade da assistência que deve ser sempre focada na humanização e qualidade.

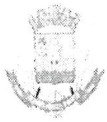
Cumprimento das Metas

Na área de gestão:

- a) Assegurar a organização, administração e gerenciamento da Unidade que é objeto do **CONTRATO DE PROGRAMA**, por meio do desenvolvimento de técnicas modernas e adequadas que permitam o desenvolvimento da estrutura funcional e a manutenção física da referida Unidade e de seus equipamentos, além do provimento dos insumos necessários à garantia do seu pleno funcionamento, conforme previsto na planilha de custo;
- b) Manter a Unidade de Pronto Atendimento, bem como todos os seus serviços, conforme definido no objeto do **CONTRATO DE PROGRAMA**, atendendo às obrigações constantes das especificações técnicas previstas nos Anexos que integram este e daquelas estabelecidas na legislação referente ao Sistema Único de Saúde – SUS, bem como, nos demais diplomas federal e municipal que regem a presente contratação;
- c) Cumprir as condições estabelecidas neste projeto durante todo o prazo de vigência do **CONTRATO DE PROGRAMA**;
- d) Contratar pessoal nos casos de demanda comprovada, após o aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, mediante processo seletivo simplificado, com critérios objetivos, sendo a ampliação de pessoal objeto de reajuste de valor contratual;
- e) Executar o objeto do contrato conforme especificado, responsabilizando-se exclusiva e integralmente pelo pessoal contratado utilizado, incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, e, inclusive de acidente de trabalho relativo à mão de obra utilizada, sem nenhuma transferência de responsabilidade para a **CONTRATANTE**;
- f) Assumir os riscos inerentes a atividade, bem como todos e quaisquer ônus relativos a impostos, taxas, obrigações trabalhistas e aqueles pertinentes a Seguridade Social;
- g) Manter a capacitação permanente dos profissionais que prestam os serviços relacionados ao presente **CONTRATO DE PROGRAMA**;
- h) Elaborar proposta de regimento interno, protocolo de funcionamento, ou instrumento do gênero, da Unidade de Pronto Atendimento, implementando-os;
- i) Gerar e fornecer para os órgãos fiscalizadores e reguladores relatórios estatísticos e gerenciais de acordo com o interesse do gestor municipal;
- j) Assumir solução rápida e efetiva de problemas gerados na realização dos procedimentos ou atrasos junto ao paciente, servidores e Secretaria Municipal de Conselheiro Lafaiete;
- k) Implementar o organograma previsto para a unidade no prazo de 60 (sessenta) dias do início do Contrato, sendo que, qualquer alteração do mesmo deverá ser submetida e aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde.

Na Área Assistencial:

- a) Atender exclusivamente aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS na Unidade objeto do contrato e garantir:
 - A universalidade de acesso aos serviços de saúde prestados;



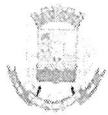
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



- A integralidade da assistência dentro da sua capacidade instalada;
 - A implementação da Política Nacional de Humanização no atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, contemplando o Acolhimento com Classificação de Risco;
 - A resolubilidade e a qualidade do serviço ofertado aos usuários do SUS;
 - Condições para manutenção e obtenção de novas habilitações para a unidade objeto deste contrato perante o Ministério da Saúde (MS).
- b) Atuar de forma a atingir elevados índices de satisfação, conforme indicadores de qualidade dos serviços;
- c) Implementar protocolos assistenciais, que visem melhorar a qualidade da assistência prestada ao paciente.

Na Execução do Serviço:

- a) Responsabilizar-se pelo gerenciamento dos resíduos de saúde oriundos da Unidade de Pronto Atendimento, nos termos da legislação vigente;
- b) Responsabilizar-se pelo custeio da Unidade no que se refere a materiais de consumo, manutenção predial, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e demais despesas, conforme previsto na planilha de custos do contrato, que são inerentes a operacionalização e funcionalidade dos serviços;
- c) Disponibilizar alimentação, compreendida em pão e marmiteira, aos usuários e profissionais da unidade objeto deste Contrato de Programa;
- d) Desenvolver ações para capacitações, cursos e/ou atualizações para os profissionais atuantes na unidade objeto deste Contrato de Programa;
- e) Quando houver manifestação de interesse por parte do município, o consórcio Contratado poderá realizar a reforma e/ou ampliação da unidade objeto deste contrato. Para tanto será celebrado entre as partes termo aditivo ao contrato para a inclusão da respectiva rubrica com precificação deste serviço;
- f) Responsabilizar-se por todas as ações e medidas necessárias à emissão e manutenção dos alvarás de funcionamento e sanitário junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços objeto do presente **CONTRATO DE PROGRAMA**, exceto de adequação física e estrutural da unidade;
- g) Manter atualizado o prontuário dos pacientes, assim como registro e arquivo dos procedimentos realizados, conforme determinação dos Conselhos Regionais ou Órgãos que fiscalizam o exercício profissional (data, avaliação ou impressão de procedimentos realizados, diagnóstico, conduta, carimbo e assinatura do profissional responsável);
- h) Manter registro atualizado de todos os atendimentos efetuados na Unidade, no Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS, disponibilizando, a qualquer momento, à **CONTRATANTE** e às auditorias do SUS, as fichas e prontuários dos usuários, em meio físico ou eletrônico certificado, assim como os demais documentos que comprovem a confiabilidade e segurança dos serviços prestados;
- i) Observar todos os direitos dos usuários, inerentes aos serviços de saúde, como:
- Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
 - Justificar ao paciente ou responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto neste contrato, encaminhando cópia da correspondência à Secretaria Municipal de Saúde;
 - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário mantendo sempre a qualidade na prestação de serviço;
 - Garantir o fornecimento do serviço a qualquer pessoa, sem discriminar ou estabelecer diferenças de tratamento entre usuários, nos termos previstos na legislação aplicável e no **CONTRATO DE PROGRAMA**;
 - Formalizar a justificativa das razões técnicas da não realização de qualquer ato profissional quando requerido pelo paciente ou por seu responsável;

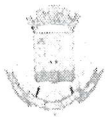


PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- Esclarecer aos usuários sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;
 - Respeitar a decisão do usuário ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, desde que firmado termo de responsabilidade, salvo nos casos de iminente perigo de morte ou obrigação legal;
 - Garantir a confidencialidade dos dados e informações relativas aos usuários;
 - Assegurar a presença de um acompanhante às consultas de crianças, gestantes e idosos;
 - Garantir atendimento igualitário aos usuários, exceto nos casos previstos em lei.
- j) Assistir de forma abrangente aos usuários e alimentar, fidedignamente, o Sistema de Informações utilizado pelo município, segundo os critérios da **CONTRATANTE**, de acordo com as normas do Ministério de Saúde - MS;
- k) Manter quadro de recursos humanos qualificados e compatíveis com o porte da Unidade e com os serviços prestados, conforme estabelecido nas normas sanitárias, para funcionamento adequado e ininterrupto e outras normas detalhadas neste Instrumento;
- l) Informar a Relação Nominal dos Profissionais em exercício, com número do registro junto aos Conselhos Regionais/Federal ou órgão que fiscaliza o exercício do profissional compatível com o objeto deste;
- m) Incluir, na implantação da imagem corporativa dos uniformes dos trabalhadores **CONTRATADOS**, a programação visual padronizada das unidades de saúde do SUS, disposta na Portaria n.º 2838/MS, de 01/12/2011, e disposto no Manual de Identidade Visual (Versão 1.0) de abril de 2012, além do logotipo da Unidade e ou da Gestão Municipal e da **CONTRATADA**, quando permitido;
- n) Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo, de qualquer natureza, causados à **CONTRATANTE**, usuário e/ou a terceiros por sua culpa, em consequência de erro, negligência ou imperícia, própria ou de auxiliares e profissionais que estejam sob sua responsabilidade na execução dos serviços contratados;
- o) Manter durante toda a execução do Contrato a compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na época da contratação;
- p) Em nenhuma hipótese cobrar direta ou indiretamente do paciente por serviços médicos ou outros complementares referente à assistência a ele prestada pelo profissional médico;
- q) Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao paciente ou a seu representante, por profissional que esteja sob sua responsabilidade ou preposto, em razão da execução deste Contrato, garantido à **CONTRATADA** o direito de regresso em face do profissional que efetivou a cobrança;
- r) Dispor da informação oportuna dos usuários atendidos ou que lhe sejam referenciados para atendimento, registrando seus dados contendo no mínimo: nome, documento de identificação com foto, cartão SUS e endereço completo de sua residência, por razões de planejamento das atividades assistenciais;
- s) Implantar manuais de rotinas que busquem padronizar as atividades administrativas, tais como faturamento, gerência de almoxarifado e patrimônio, dentre outros;
- t) Enviar à SMS, até o dia 20 do mês subsequente ao das atividades desenvolvidas ou no dia útil que lhe for imediatamente posterior, todas as informações sobre as atividades desenvolvidas nas Unidades, bem como sobre relatório assistencial demonstrando o cumprimento de metas e indicadores;
- u) Anexar, juntamente a Demonstração de Execução, os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e previdenciários relativos ao mês anterior, acompanhada das certidões negativas de débitos federais, municipais, estaduais, trabalhistas e de fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS.

Na melhoria do serviço:

- a) Incentivar o uso seguro de medicamentos, procedendo-se a notificação de suspeita de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



reações adversas, por meio de formulários e sistemáticas da **CONTRATANTE**;

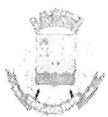
- b) Realizar seguimento, análise e adoção de medidas de melhoria diante das sugestões, queixas e reclamações que receber com respostas aos usuários, no prazo máximo de 30 dias;
- c) Toda interpelação acerca do serviço público prestado pela **CONTRATADA**, feita por autoridade ou por pessoa do povo, deve ser prontamente respondida, observada as disposições da Lei nº 12.527/11;
- d) Garantir que toda medida de mudanças de oferta de serviços, nos fluxos de atenção consolidados, na estrutura física da Unidade tenha a prévia ciência e aprovação do **CONTRATANTE**;
- e) Comunicar, ao **CONTRATANTE** e ao Serviço de Patrimônio, todas as aquisições e obsolescência de bens móveis que forem realizadas, no prazo máximo de 30 dias após sua ocorrência, quando estas estiverem diretamente relacionadas ao objeto deste ajuste ou tenham sido realizadas para auxiliar no cumprimento das obrigações previstas neste contrato;
- f) Permitir o livre acesso das Comissões instituídas pelo **CONTRATANTE**, do Sistema Nacional de Auditoria do SUS e da Vigilância Sanitária, em qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com este Instrumento, quando em missão de fiscalização, avaliação ou auditoria;
- g) Permitir o livre acesso do Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria e das Comissões instituídas pela **CONTRATANTE**, do Sistema Nacional de Auditoria do SUS e da Vigilância Sanitária, em qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com este Instrumento, quando em missão de fiscalização, avaliação ou auditoria;
- h) Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas no **CONTRATO DE PROGRAMA** e de outras decorrentes da natureza dos serviços a serem prestados.

Na Implantação de Políticas de Sustentabilidade Econômica, Ambiental e Social.

Na Melhoria Do Serviço:

Sustentabilidade é o equilíbrio entre saúde ambiental, saúde social e saúde econômica, visando suprir as necessidades sem comprometer o futuro das próximas gerações, com os seguintes objetivos:

- a) Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviço, cumprindo com os preceitos éticos e morais estabelecidos pelos conselhos de classe dos profissionais que atuam no objeto do presente projeto;
- b) Recolocar os valores da cidadania, concomitantemente, à construção de direitos e responsabilidades pelos diferentes fatores sociais, sejam eles governamentais ou não;
- c) Ser verdadeiramente comprometidos com o processo de desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, sempre objetivando a melhoria da qualidade de vida da população;
- d) Capacitar profissionais tendo como referência uma nova mentalidade de gestão, que seja preventiva e interativa em urgências, com intuito de incorporar e preservar saberes derivados de experiências e vivências tradicionais;
- e) Reconhecer, no processo de descentralização, o fortalecimento do poder local, enquanto espaço para gerir e integrar as políticas públicas;
- f) Apoiar o município e as comunidades com a metodologia da construção de indicadores que reflitam os diferentes paradigmas de desenvolvimento na formulação, monitoramento e avaliação;
- g) Prestar um atendimento com resolutividade e responsabilidade, orientando, quando for o caso, o paciente e a família relação a outros serviços de saúde;
- h) Zelar pela qualidade das ações e do pessoal contratado que se encontrarem-se em efetivo exercício em consonância as orientações emanadas do parceiro;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- i) Estimular o consumo consciente e atuar com excelência operacional;
- j) Atuar com ética e transparência, desenvolvendo os serviços assistenciais para a qualidade de vida de nossos pacientes.

10. DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

I – Na Área de Gestão:

- a) Assegurar a organização, administração e gerenciamento da Unidade que é objeto do **CONTRATO DE PROGRAMA**, por meio do desenvolvimento de técnicas modernas e adequadas que permitam o desenvolvimento da estrutura funcional e a manutenção física da unidade e de seus equipamentos, além do provimento dos insumos necessários à garantia do seu pleno funcionamento, conforme previsto na planilha de custo;
- b) Manter a Unidade de Pronto Atendimento, bem como todos os seus serviços, conforme definido no objeto do **CONTRATO DE PROGRAMA**, atendendo às obrigações constantes das especificações técnicas previstas nos Anexos que integram este e daquelas estabelecidas na legislação referente ao Sistema Único de Saúde – SUS, bem como, nos demais diplomas federal e municipal que regem a presente contratação;
- c) Cumprir as condições estabelecidas neste projeto durante todo o prazo de vigência do **CONTRATO DE PROGRAMA**;
- d) Contratar pessoal nos casos de demanda comprovada, após o aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, mediante processo seletivo simplificado, com critérios objetivos, sendo a ampliação de pessoal objeto de reajuste de valor contratual;
- e) Executar o objeto do contrato conforme especificado, responsabilizando-se exclusiva e integralmente pelo pessoal contratado utilizado, incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, e, inclusive de acidente de trabalho relativo à mão de obra utilizada, sem nenhuma transferência de responsabilidade para o **CONSORCIADO**;
- f) Assumir os riscos inerentes a atividade, bem como todos e quaisquer ônus relativos a impostos, taxas, obrigações trabalhistas e aqueles pertinentes a Seguridade Social;
- g) Manter a capacitação permanente dos profissionais que prestam os serviços relacionados ao presente **CONTRATO DE PROGRAMA**;
- h) Implantar serviço de logística de suprimentos, a fim de garantir adequado fornecimento de materiais, equipamentos e medicamentos à unidade de saúde que compõem o presente **CONTRATO DE PROGRAMA**;
- i) Elaborar proposta de regimento interno, protocolo de funcionamento, ou instrumento do gênero, da Unidade de Pronto Atendimento, implementando-os;
- j) Gerar e fornecer para os órgãos fiscalizadores e reguladores relatórios estatísticos e gerenciais de acordo com o interesse do gestor municipal;
- k) Assumir solução rápida e efetiva de problemas gerados na realização dos procedimentos ou atrasos junto ao paciente, servidores e Secretaria Municipal de Conselheiro Lafaiete;
- l) Implementar o organograma previsto para a unidade no prazo de 60 (sessenta) dias do início do Contrato, sendo que, qualquer alteração do mesmo deverá ser submetida e aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde.

II – Na área de Assistencial:

- a) Atender exclusivamente aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS na unidade objeto do contrato e garantir:
 - A universalidade de acesso aos serviços de saúde prestados;
 - A integralidade da assistência dentro da sua capacidade instalada;
 - A implementação da Política Nacional de Humanização no atendimento aos usuários Sistema Único de Saúde - SUS, contemplando o Acolhimento com Classificação de Risco;
 - A resolubilidade e a qualidade do serviço ofertado aos usuários do SUS;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



- Condições para manutenção e obtenção de novas habilitações para as unidades objeto deste contrato perante o Ministério da Saúde (MS);
- b) Atuar de forma a atingir elevados índices de satisfação, conforme indicadores de qualidade dos serviços;
- c) Implementar protocolos assistenciais, que visem melhorar a qualidade da assistência prestada ao paciente.

III – Na execução do serviço:

- d) Responsabilizar-se pelo gerenciamento dos resíduos de saúde oriundos da Unidade de Pronto Atendimento, nos termos da legislação vigente;
- e) Responsabilizar-se pelo custeio da Unidade no que se refere a materiais de consumo, manutenção predial, , manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e demais despesas, conforme previsto na planilha de custos do contrato, que são inerentes a operacionalização e funcionalidade dos serviços;
- f) Disponibilizar alimentação, compreendida em pão e marmitex, aos usuários e profissionais da unidade objeto deste Contrato de Programa;
- g) Quando houver manifestação de interesse por parte do município, o consórcio Contratado poderá realizar a reforma e/ou ampliação da unidade objeto deste contrato. Para tanto será celebrado entre as partes termo aditivo ao contrato para a inclusão da respectiva rubrica com precificação deste serviço;
- h) Responsabilizar-se por todas as ações e medidas necessárias a emissão e manutenção dos alvarás de funcionamento e sanitário junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços objeto do presente **CONTRATO DE PROGRAMA**, exceto de adequação física e estrutural da unidade;
- i) Manter atualizado o prontuário dos pacientes, assim como registro e arquivo dos procedimentos realizados, conforme determinação dos Conselhos Regionais ou Órgãos que fiscalizam o exercício profissional (data, avaliação ou impressão de procedimentos realizados, diagnóstico, conduta, carimbo e assinatura do profissional responsável);
- j) Manter registro atualizado de todos os atendimentos efetuados na Unidade, no Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS, disponibilizando, a qualquer momento, ao **CONSORCIADO** e às auditorias do SUS, as fichas e prontuários dos usuários, em meio físico ou eletrônico certificado, assim como os demais documentos que comprovem a confiabilidade e segurança dos serviços prestados;
- k) Observar todos os direitos dos usuários, inerentes aos serviços de saúde, como:
 - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
 - Justificar ao paciente ou responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto neste contrato, encaminhando cópia da correspondência à Secretaria Municipal de Saúde;
 - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário mantendo sempre a qualidade na prestação de serviço;
 - Garantir o fornecimento do serviço a qualquer pessoa, sem discriminar ou estabelecer diferenças de tratamento entre usuários, nos termos previstos na legislação aplicável e no **CONTRATO DE PROGRAMA**;
 - Formalizar a justificativa das razões técnicas da não realização de qualquer ato profissional quando requerido pelo paciente ou por seu responsável;
 - Esclarecer aos usuários sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;
 - Respeitar a decisão do usuário ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, desde que firmado termo de responsabilidade, salvo nos casos de iminente perigo de morte ou obrigação legal;
 - Garantir a confidencialidade dos dados e informações relativas aos usuários;
 - Assegurar a presença de um acompanhante às consultas de crianças, gestantes e idosos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- Garantir atendimento igualitário aos usuários, exceto nos casos previstos em lei.
- l) Assistir de forma abrangente aos usuários e alimentar, fidedignamente, o Sistema de Informações utilizado pelo município, segundo os critérios do **CONSORCIADO**, de acordo com as normas do Ministério de Saúde - MS;
- m) Manter quadro de recursos humanos qualificados e compatíveis com o porte da Unidade e com os serviços prestados, conforme estabelecido nas normas sanitárias, para funcionamento adequado e ininterrupto e outras normas detalhadas neste Instrumento;
- n) Informar a Relação Nominal dos Profissionais em exercício, com número do registro junto aos Conselhos Regionais/Federal ou órgão que fiscaliza o exercício do profissional compatível com o objeto deste;
- o) Incluir, na implantação da imagem corporativa dos uniformes dos trabalhadores **CONTRATADOS**, a programação visual padronizada das unidades de saúde do SUS, disposta na Portaria n.º 2838/MS, de 01/12/2011, e disposto no Manual de Identidade Visual (Versão 1.0) de abril de 2012, além do logotipo da Unidade e ou da Gestão Municipal e da **CONSÓRCIO**, quando possível;
- p) Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo, de qualquer natureza, causados ao **CONSORCIADO**, usuários e/ou a terceiros por sua culpa, em consequência de erro, negligência ou imperícia, própria ou de auxiliares e profissionais que estejam sob sua responsabilidade na execução dos serviços contratados;
- q) Manter durante toda a execução do Contrato a compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na época da contratação;
- r) Em nenhuma hipótese cobrar direta ou indiretamente do paciente por serviços médicos ou outros complementares referente à assistência a ele prestada pelo profissional médico;
- s) Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao paciente ou a seu representante, por profissional que esteja sob sua responsabilidade ou preposto, em razão da execução deste Contrato, garantido ao **CONSORCIO** o direito de regresso em face do profissional que efetivou a cobrança;
- t) Dispor da informação oportuna dos usuários atendidos ou que lhe sejam referenciados para atendimento, registrando seus dados contendo no mínimo: nome, documento de identificação com foto, cartão SUS e endereço completo de sua residência, por razões de planejamento das atividades assistenciais;
- u) Implantar manuais de rotinas que busquem padronizar as atividades administrativas, tais como faturamento, gerência de almoxarifado e patrimônio, dentre outros;
- v) Enviar à SMS, até o dia 20 do mês subsequente ao das atividades desenvolvidas ou no dia útil que lhe for imediatamente posterior, todas as informações sobre as atividades desenvolvidas nas Unidades, bem como sobre relatório assistencial demonstrando o cumprimento de metas e indicadores;
- w) Anexar, juntamente a Demonstração de Execução, os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e previdenciários relativos ao mês anterior, acompanhada das certidões negativas de débitos federais, municipais, estaduais, trabalhistas e de fundo de garantia por tempo serviço – FGTS.

IV – Na melhoria do serviço:

- x) Incentivar o uso seguro de medicamentos, procedendo-se a notificação de suspeita de reações adversas, por meio de formulários e sistemáticas do **CONSORCIADO**;
- y) Realizar seguimento, análise e adoção de medidas de melhoria diante das sugestões, queixas e reclamações que receber com respostas aos usuários, no prazo máximo de 30 dias;
- z) Toda interpelação acerca do serviço público prestado pelo **CONSÓRCIO**, feita por autoridade ou por pessoa do povo, deve ser prontamente respondida, observada as disposições da Lei nº 12.527/11;